

Conselhão: 2023-2026

Reconstrução, Participação
e Projetos de Nação
Relatório de Atividades

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL SUSTENTÁVEL (CDESS)	4
3. O NOVO CONSELHÃO DA REPÚBLICA (2023-2026).....	6
3.1. ANO 2023.....	6
I. PLENÁRIAS.....	7
II. TEMAS RELEVANTES E RECOMENDAÇÕES.....	8
III. GRUPOS DE TRABALHO (GT).....	16
IV. EVENTOS, INICIATIVAS ESPECIAIS E ENTREGAS	21
3.2 ANO 2024.....	23
I. PLENÁRIAS.....	23
II. TEMAS RELEVANTES E RECOMENDAÇÕES.....	24
III. GRUPOS DE TRABALHO (GT).....	30
IV. EVENTOS, INICIATIVAS ESPECIAIS E ENTREGAS	37
3.3 ANO 2025	42
I. PLENÁRIAS.....	42
II. TEMAS RELEVANTES E RECOMENDAÇÕES.....	43
III. GRUPOS DE TRABALHO (GT).....	47
IV. EVENTOS, INICIATIVAS ESPECIAIS E ENTREGAS	49
3.4. ANO 2026.....	59
I. TEMAS RELEVANTES E RECOMENDAÇÕES.....	59
II. GRUPOS DE TRABALHO (GT).....	65
III. EVENTOS, INICIATIVAS ESPECIAIS E ENTREGAS.....	66
4. AGENDA INTERNACIONAL.....	73
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
ANEXO.....	80
FICHA TÉCNICA.....	86
NOTAS FINAIS.....	89



1. Apresentação

A retomada do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), em 2023, marcou o reinício da participação social como estratégia fundamental para a formulação de políticas públicas no Brasil. Após sua descontinuidade em 2019, a recriação do CDESS representou não apenas a reabertura de um espaço institucional, mas a reafirmação de um modelo de desenvolvimento pautado pelo diálogo, pela pluralidade e pela construção coletiva de soluções para os desafios nacionais.

Criado originalmente em 2003, o Conselhão, como é mais conhecido, se consolidou como instância qualificada de interlocução entre Estado e sociedade civil. Em sua nova fase, iniciada em um contexto de reconstrução institucional e democrática, o CDESS ampliou esse papel, atuando como espaço de articulação, formulação e concertação em torno de agendas estratégicas para o desenvolvimento econômico, social, ambiental e tecnológico do país.

Nesta retomada, o Conselho estruturou-se em cinco comissões temáticas e diversos grupos de trabalho, que mobilizaram centenas de conselheiras e conselheiros, especialistas, representantes do setor produtivo, de movimentos sociais e de gestores públicos. Esse esforço coletivo resultou na produção de diagnósticos, recomendações e propostas que dialogam diretamente com temas centrais da agenda nacional, como transição ecológica, inclusão produtiva, transformação digital, redução das desigualdades e fortalecimento da democracia.

Ao longo do período, o Conselho esteve presente em diversos fóruns bilaterais e multilaterais, participando de agendas estratégicas nacionais e internacionais, como as reuniões do G20, principal fórum de cooperação econômica internacional, e a realização da COP30, reafirmando o papel da participação social na projeção do Brasil no cenário global.

Toda essa trajetória culminou, em 2025, na elaboração dos "Pilares de um Projeto de Nação", principal iniciativa estratégica do Conselho neste ciclo. Construídos a partir de um profundo processo participativo, os Pilares sintetizam os principais desafios estruturais do país e apontam diretrizes para orientar políticas públicas que vão além dos resultados eleitorais e buscam fortalecer as políticas de Estado, com uma visão de desenvolvimento sustentável, inclusivo e democrático.

As contribuições aqui reunidas refletem a diversidade de perspectivas que caracteriza o Conselhão e expressa o compromisso de seus integrantes com a construção de um país soberano, justo, democrático, diverso e sustentável. Em um cenário de desafios complexos e interdependentes, fortalecer espaços de diálogo e participação social torna-se condição fundamental para a consolidação da democracia e para a construção de soluções duradouras para o futuro do Brasil.



2. O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS)

O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) foi recriado pelo Decreto nº 11.454, de 24 de março de 2023, no contexto da retomada dos processos de participação social e de reconstrução institucional do Estado brasileiro. Com a finalidade de assessorar a Presidência da República, o Conselho, ao longo desses três anos, também assumiu papel importante na articulação entre governo e sociedade civil, contribuindo para a formulação de agendas estratégicas e para o aprimoramento de políticas públicas em áreas centrais para o desenvolvimento do país.

Mais do que um órgão consultivo, o CDESS consolidou-se como espaço de diálogo qualificado, concertação e construção de consensos, reunindo diferentes setores da sociedade brasileira em torno de desafios estruturais de longo prazo. Ao integrar representantes do setor produtivo, da sociedade civil organizada, da academia, dos movimentos sociais e de diversas regiões do país, o Conselho passou a atuar como instância de convergência de perspectivas, contribuindo para a construção de soluções compartilhadas e para o fortalecimento da capacidade de ação do Estado.

Ao mesmo tempo, o Conselho desempenhou papel relevante na mediação de temas sensíveis, complexos e, por vezes, controversos, funcionando como espaço institucional capaz de aproximar atores com posições divergentes e reduzir níveis de dissenso. Nesses contextos, mais do que produzir consensos imediatos, o CDESS possibilitou a qualificação do debate público, a explicitação de conflitos e a construção de condições para o avanço gradual de agendas estruturantes, contribuindo para a mitigação de resistências e para o amadurecimento coletivo de propostas no âmbito da sociedade e do Estado.

Nesta nova fase, o Conselho estruturou sua atuação a partir de cinco Comissões Temáticas permanentes: Assuntos Econômicos (CAE); Combate às Desigualdades (CCD); Direitos e Democracia (CDD); Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); e Tecnologia, Inovação e Transformação Digital (CTITD) — que funcionam como núcleos de formulação, análise e debate de políticas públicas. Essas comissões operam de maneira transversal, dialogando com diferentes áreas do governo federal e permitindo a integração de agendas econômicas, sociais, ambientais e tecnológicas, refletindo a complexidade dos desafios contemporâneos.

Complementarmente, o CDESS instituiu Grupos de Trabalho com foco em temas estratégicos e delimitados no tempo, conferindo maior agilidade e capacidade de incidência à sua atuação. Esses grupos têm desempenhado papel central na produção de propostas concretas em áreas como transição energética, crédito e investimento, Amazônia, primeira infância, recuperação de áreas degradadas e economia do futuro, aproximando especialistas, gestores públicos e representantes da sociedade civil na construção de soluções aplicáveis.

No plano da governança, o CDESS conta ainda com um Comitê Gestor, formado por 10 conselheiras e conselheiros, que contribui para a coordenação estratégica de suas atividades e para o alinhamento das diferentes frentes de atuação do Conselho. Essa instância atua na definição de diretrizes, na organização dos fluxos de trabalho e no acompanhamento das ações desenvolvidas, reforçando a capacidade de articulação interna e a continuidade das iniciativas.

Para além das comissões temáticas e dos grupos de trabalho, o CDESS também desenvolveu atuação significativa por meio da organização e da participação em eventos estratégicos, bem como da implementação de iniciativas especiais voltadas ao aprofundamento de agendas prioritárias. Nesse âmbito, destacam-se a presença ativa em fóruns nacionais e internacionais, como a Cúpula da Amazônia, as Conferências das Partes das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP), o G20 e outros espaços multilaterais de diálogo, nos quais o Conselho contribuiu para a articulação de propostas, a mobilização da sociedade civil e o fortalecimento da participação social na formulação de posicionamentos do Brasil.

Paralelamente, o CDESS instituiu e apoiou iniciativas específicas de caráter transversal e inovador, como a Agenda Positiva do Agro, a Câmara de Inovações Jurídicas e a Câmara de Transformação do Estado, que ampliaram o escopo de atuação do Conselho e permitiram o aprofundamento de debates técnicos e institucionais em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional. Essas iniciativas contribuíram para aproximar diferentes atores, fomentar soluções aplicáveis e fortalecer a articulação entre formulação técnica e decisão pública.

A atuação internacional do Conselho consolidou-se como dimensão estratégica transversal a todas essas frentes. A partir de 2023 e com maior intensidade em 2025, o CDESS ampliou sua inserção em redes e fóruns globais, como o Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), a Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais (AICESIS) e a recém-criada Rede Ibero-Americana de Conselhos Econômicos e Sociais (RICESIS), além de participar de iniciativas no âmbito do BRICS, do G20 e da COP30.

Essa presença contribuiu para o fortalecimento da chamada diplomacia participativa, projetando internacionalmente a experiência brasileira de diálogo social e gerando subsídios relevantes para políticas públicas nacionais em áreas como transformação digital, transição ecológica, governança democrática e integração econômica. Ao mesmo tempo, posicionou o CDESS como ponte entre as demandas da sociedade brasileira e os debates multilaterais contemporâneos, ampliando sua capacidade de incidência e seu reconhecimento institucional no cenário global.

A arquitetura institucional do Conselho possibilitou a articulação entre diferentes agendas e atores, fortalecendo sua capacidade de responder a demandas emergentes e de contribuir de forma efetiva para a formulação de políticas públicas e iniciativas estratégicas. Esse arranjo favoreceu também a aproximação entre o debate técnico, a participação social e a tomada de decisão governamental, ampliando a qualidade, a legitimidade e a viabilidade das propostas construídas.

Outro elemento central do CDESS é sua composição plural e representativa. O Conselho conta, atualmente, com 287 conselheiras e conselheiros, entre os quais 43% são mulheres e 27% se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas, com representação nas 27 unidades da Federação. Essa diversidade territorial e social amplia a capacidade de escuta do Conselho e reforça sua legitimidade para atuar em processos de mediação, formulação e incidência em políticas públicas, contribuindo para que suas recomendações reflitam, de forma abrangente, a realidade e as demandas da sociedade brasileira.

A atuação em fóruns estratégicos, a articulação de agendas multissetoriais e a participação em redes e espaços multilaterais ampliaram a capacidade do Conselho de influenciar políticas públicas e de conectar as demandas da sociedade brasileira aos debates globais. Nesse contexto, o Conselho consolidou-se como espaço estratégico de articulação entre participação social, formulação de políticas públicas e projeção internacional, reforçando seu papel na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.



3. O Novo Conselho da República (2023-2026)

A atuação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) entre 2023 e 2026 reflete um processo de evolução progressiva de suas capacidades institucionais e de sua inserção nas agendas estratégicas do país. Ao longo desse período, o Conselho ampliou sua atuação, diversificou seus instrumentos de trabalho e consolidou seu papel em diferentes frentes de formulação e articulação.

Essa trajetória pode ser compreendida a partir de movimentos complementares ao longo do tempo. Em 2023, predominou a organização de suas estruturas e a definição de agendas prioritárias, com a retomada dos espaços de diálogo e a instalação das instâncias de trabalho. Em 2024, observa-se o fortalecimento da atuação do Conselho, com maior presença em debates públicos, ampliação da interlocução institucional e avanço na construção de propostas. Já em 2025, o CDESS alcançou maior maturidade institucional, com a consolidação de iniciativas estruturantes e a formulação de diretrizes de longo prazo, com destaque para a construção dos "Pilares de um Projeto de Nação".

Ao longo desse percurso, as comissões temáticas, os grupos de trabalho e as demais iniciativas do Conselho produziram contribuições em diferentes áreas, refletindo a abrangência de sua atuação e a diversidade de temas enfrentados. A seguir, apresenta-se uma síntese das principais agendas, iniciativas e contribuições do CDESS em cada ano, evidenciando sua evolução ao longo do período.

3.1. ANO 2023

O ano foi marcado pela retomada e pela reestruturação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável como espaço estratégico de diálogo entre governo e sociedade civil. Nesse contexto, o Conselho voltou a reunir representantes de diferentes setores econômicos, sociais, acadêmicos e produtivos em torno da construção de agendas para o desenvolvimento do país.

Nesse período, a maior parte dos esforços da equipe do CDESS concentrou-se na instalação das cinco comissões temáticas do Conselho (Assuntos Econômicos, Combate às Desigualdades, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Direitos e Democracia e Tecnologia, Inovação e Transformação Digital), além da criação dos primeiros grupos de trabalho voltados a temas considerados estratégicos para o futuro do país, como transição energética, Amazônia, primeira infância, crédito e investimento, recuperação de áreas degradadas e economia do futuro.

As atividades desenvolvidas em 2023 concentraram-se na formulação de agendas prioritárias, na articulação entre governo e sociedade civil e na construção de recomendações voltadas ao fortalecimento das capacidades do Estado brasileiro diante de desafios relacionados ao desenvolvimento econômico, à transformação ecológica, à democracia, à inclusão social e à transformação digital.

I. PLENÁRIAS

Em 2023 o Conselho promoveu 2 Reuniões Plenárias, a primeira foi realizada em 04 de maio e a segunda em 12 de dezembro.

A 1ª Plenária marcou a reinstalação do Conselho como espaço estratégico de diálogo entre governo e sociedade civil. A sessão inaugural contou com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Vice-Presidente Geraldo Alckmin e de diversos ministros de Estado, com destaque para o então Ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, responsável pela condução institucional do Conselho, e para o então Secretário-Executivo do CDESS, Paulo Pereira, que apresentou a estrutura inicial de funcionamento do colegiado. A plenária reuniu mais de 200 conselheiras e conselheiros de diferentes setores, expressando a diversidade social, econômica e regional do país, e reafirmando o compromisso do governo com a reconstrução democrática, a participação social e o fortalecimento do diálogo como base para a formulação de políticas públicas.



Foto: Registro da sessão inaugural do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, realizada em 04/05/2023. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palaciadoplanalto/52869639282/in/album-72177720308012352/>

A 2ª Plenária, realizada no Palácio do Planalto, representou um momento de consolidação da atuação do Conselho após sua reinstalação. A abertura contou com a participação do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, do Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, do então Ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, do então Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do Secretário-Executivo do CDESS à época, Paulo Henrique Pereira.

3. O Novo Conselho da República

A plenária reafirmou o papel dos conselheiros na formulação de propostas e no acompanhamento de políticas públicas, além de dar visibilidade a iniciativas estruturantes, como o lançamento de pactos nacionais nas áreas de integridade empresarial, superação do analfabetismo e reparação social, evidenciando o fortalecimento do CDESS como espaço de concertação e incidência nas políticas de Estado.



Foto: Registro da 2ª Plenária do Conselho, realizada em 12/12/2023. Disponível em https://www.flickr.com/photos/sri_oficial/53408250900/in/album-72177720313480227.

II. TEMAS RELEVANTES E RECOMENDAÇÕES

Em 2023, as comissões temáticas concentraram suas atividades na análise de políticas públicas estruturantes e em debates considerados prioritários para o contexto de reconstrução enfrentado pelo Brasil.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

No âmbito dos Assuntos Econômicos¹, os debates envolveram temas relacionados à reforma tributária, ao novo arcabouço fiscal, ao combate à sonegação, à conformidade técnica e fiscal e à educação financeira, incluindo a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), instituído pelo Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020.

Também foram discutidos temas como reindustrialização, investimento em infraestrutura e regulação do comércio cross-border. A comissão acompanhou ainda discussões sobre os programas “Mulheres Mil” e “Construa Brasil”, bem como sobre crédito de carbono e estratégias voltadas à modernização da estrutura produtiva brasileira.



Foto: Registro de entrega do Caderno da CAE durante a 2ª Plenária do Conselho, realizada em 12/12/2023. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palaciodoplanalto/53394212481/in/album-72177720313340961>.

3. O Novo Conselho da República

As discussões realizadas na CAE resultaram nas seguintes recomendações:

- Incluir um 14º campo obrigatório no código de barras dos produtos que compõem o Cadastro Nacional de Produtos (CNP);
- Fortalecer a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), já existente, implementada pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira;
- Buscar isonomia tributária entre empresas locais e empresas estrangeiras, por meio da cobrança dos impostos devidos sobre produtos importados;
- Desenvolver mecanismos para ampliar a fiscalização da conformidade técnica das importações brasileiras, incluindo a responsabilização das plataformas de comércio, da cadeia produtiva e a exigência de cumprimento das normas aplicáveis a cada produto;
- Elaborar ações de comunicação institucional direcionadas à sociedade, visando à compreensão da necessidade das medidas e dos impactos do cenário atual no país; e
- Propor a criação de núcleos de educação financeira e de apoio a pessoas superendividadas nas universidades públicas, com recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS)

Na Comissão de CMADS², os debates centrais estiveram relacionados à preparação para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), à transição ecológica, à infraestrutura verde, às compras públicas sustentáveis e à adaptação das cidades às mudanças climáticas.



Foto: Registro da 1ª Reunião Plenária do CDESS, realizada em 04/05/2023. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palaciodoplanalto/52870593755/in/album-72177720308012352>.

A agenda ambiental foi tratada como eixo estratégico do desenvolvimento nacional e da reposição do Brasil como liderança internacional na pauta climática.

A partir dos debates realizados pela Comissão, foram formuladas as seguintes recomendações:

- Priorizar a inclusão de critérios ambientais essenciais nos processos de compras públicas;
- Fomentar a sustentabilidade na construção civil, incentivando a conscientização cidadã sobre sua relevância;
- Elaborar estudos sobre a contribuição da experiência da COP30 para a adaptação climática das capitais amazônicas; e
- Desenvolver estudos sobre adaptação urbana às mudanças climáticas, considerando o porte das cidades;
- Promover a construção de alojamentos temporários em madeira certificada para a COP30, com posterior destinação como habitação de interesse social para populações em áreas de risco;
- Fomentar o uso de madeira certificada como forma de redução e compensação das emissões de gases de efeito estufa;
- Criar uma agenda unificada para fortalecer a imagem e a reputação do Brasil no cenário internacional a partir de 2024; e
- Criar o Índice Estadual do Meio Ambiente (IEMA).



Foto: Registro do Caderno da CMADS durante a 2ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em 12/12/2023. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palaciodoplanalto/53394406258/in/album-7217720313340961>.

COMISSÃO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES (CCD)

A Comissão de Combate às Desigualdades³ realizou ações de escuta e estudos de possibilidades de atuação junto a ministérios e entidades da sociedade civil, com o objetivo de produzir propostas de soluções pensadas de forma interseccional.

No primeiro ano de trabalho, foram priorizados temas relacionados ao enfrentamento ao racismo, incluindo propostas de educação dentro e fora das escolas, assim como estratégias de geração de trabalho e renda voltadas à emancipação das populações em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o combate à fome e às desigualdades.

Os debates conduzidos no âmbito da CCD culminaram nas seguintes recomendações:

- Estruturar uma Estratégia Nacional de Combate às Desigualdades;
- Criar instâncias governamentais de acompanhamento e articulação de políticas de combate às desigualdades e de promoção de políticas para mulheres;
- Promover letramento racial para mudança cultural e ofertar cursos de formação antirracista para servidores públicos;
- Avançar em estratégias de promoção ativa da inclusão e da diversidade no Governo Federal;
- Priorizar a renovação da Lei nº 12.990/2014 e o fortalecimento das políticas de cotas nas universidades públicas; e
- Priorizar a aprovação dos Projetos de Lei nº 1.883/2021 (Programa Crédito da Mulher) e nº 1.246/2021 (Mulheres em Conselhos de Administração).



Foto: Registro da 1ª Reunião Plenária do CDESS, realizada em 04/05/2023. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palacioplanoalto/52870590663/in/album-72177720308012352>.

COMISSÃO DE DIREITOS E DEMOCRACIA (CDD)

A pauta de Direitos e Democracia⁴ concentrou suas atividades em temas relacionados à defesa das instituições democráticas, ao combate à desinformação, à segurança pública cidadã e à efetividade de direitos.

Em um contexto ainda impactado pelos ataques de 8 de janeiro de 2023, a comissão também debateu o enfrentamento ao extremismo, o fortalecimento da democracia e políticas voltadas às pessoas com deficiência.

As contribuições construídas no âmbito da CDD deram origem às seguintes recomendações:

- Criar painel de monitoramento de políticas de segurança pública;
- Aprimorar o Pronasci II, com definição de cronograma, indicadores e metas;
- Elaborar critérios para planos de intervenção destinados à solução de violações de direitos fundamentais no sistema prisional;
- Combater a desinformação e movimentos extremistas e fundamentalistas;
- Regulamentar as redes sociais;
- Responsabilizar atos golpistas e condutas omissivas e comissivas durante a pandemia de COVID-19;
- Aprimorar o programa Novo Viver sem Limite e as metas relativas às pessoas com deficiência no PPA 2024–2027; e
- Elaborar projeto de direito à memória.



Foto: registro de entrega do Caderno da CDD durante a 2ª reunião Plenária do Conselho, realizada em 12/12/2023. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palaciodoplanalto/53394211531/in/album-7217720313340961>

COMISSÃO DE TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (CTITD)

A Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital⁵ estruturou discussões relacionadas à governança digital, conectividade, educação tecnológica, inovação e transformação digital do Estado brasileiro.

A comissão analisou experiências internacionais de coordenação digital e destacou a necessidade de maior integração das políticas públicas relacionadas à agenda tecnológica.

As discussões desenvolvidas pela CTITD resultaram nas seguintes recomendações:

- Criar órgão supraministerial para Governança Digital centralizada;
- Criar Observatório para monitoramento da transformação digital;
- Estabelecer critérios para Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica;
- Criar Programa de qualificação e inclusão digital de pequenas e médias empresas;
- Criar órgão supraministerial para governança digital centralizada;
- Instituir observatório para monitoramento da transformação digital;
- Estabelecer critérios para a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica;
- Criar programa de qualificação e inclusão digital para pequenas e médias empresas;
- Desenvolver projeto de letramento digital;
- Modernizar legislações municipais para a transformação digital;
- Criar projeto Conexão Cidadã;
- Desenvolver iniciativa para promover dados abertos, com o governo atuando como plataforma.



Foto: Registro de entrega do caderno da CTITD na 2ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em 12/12/2023. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palacioplanoalto/53394407523/in/album-7217720313340961>

III. GRUPOS DE TRABALHO (GT)

Além das comissões temáticas, os Grupos de Trabalho instituídos em 2023 aprofundaram debates estratégicos sobre temas como transição energética, Amazônia, recuperação de áreas degradadas, primeira infância, crédito e investimento e economia do futuro, aproximando especialistas, representantes governamentais e sociedade civil organizada.

GT Transição Energética

O GT discutiu o mercado de carbono e, no contexto da tramitação do PL nº 2.148/2015, propôs a realização do 1º Seminário Internacional “O Mercado de Certificados de Captura e Emissão de Gases de Efeito Estufa”.

Além disso, o grupo reuniu contribuições para:

- a regulamentação do mercado de carbono;
- o marco normativo do hidrogênio de baixo carbono;
- o desenvolvimento da indústria do SAF (Combustível Sustentável de Aviação).

Também produziu um mapeamento dos principais desafios para a implementação de eólicas offshore no Brasil.



Foto: Registro da entrega do Caderno do GT Transição Energética durante a 2ª Reunião Plenária do CDESS, realizada em 12/12/2023. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palaciodoplanalto/53394653205/in/album-72177720313340961>

GT Crédito e Investimento

Criado com o objetivo de propor melhorias nas políticas públicas e ampliar a escala de distribuição de crédito, especialmente para pessoas físicas e jurídicas que necessitam de capital produtivo.

A partir dos debates realizados, foram formuladas as seguintes propostas:

- Facilitação do acesso ao crédito para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), por meio do Portal do Empreendedor, incluindo compartilhamento de dados, formação e orientação, hub de crédito, fortalecimento de garantias e aumento da segurança;
- Credenciamento de escritórios de contabilidade como agentes de apoio ao crédito para micro e pequenas empresas;
- Viabilização do crédito consignado privado;
- Desenvolvimento de novos modelos de financiamento de infraestrutura, transição energética, inovação e reindustrialização, com diversificação de fontes de financiamento;
- Ampliação da geração e distribuição de crédito por meio de aplicativos e plataformas digitais.

GT Amazônia

Criado com o objetivo de formular propostas relacionadas às economias da sociobiodiversidade, saneamento, infraestrutura sustentável e fortalecimento das instituições de ensino e pesquisa na região amazônica.

Os trabalhos foram organizados em três eixos:

- economias da sociobiodiversidade;
- infraestrutura (energia e saneamento); e
- instituições públicas de ensino tecnológico e superior.

As discussões subsidiaram as seguintes propostas:

- PAC Sociobio: aceleração da cidadania e da sociobiodiversidade;
- Luz para Todos na Floresta;
- PAC Sanear Amazônia: Programa de Aceleração do Saneamento na Amazônia; e
- Projeto "Mais Conhecimento da Amazônia".



Foto: Registro de entrega do Caderno do GT Amazônia, durante a 2ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em 12/12/2023. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palaciiodoplanalto/53394653905/in/album-72177720313340961>

GT Áreas Degradadas

As discussões resultaram na elaboração de propostas relacionadas à Estratégia Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas e à restauração produtiva e ecológica.

Os trabalhos foram organizados em três eixos:

- Recuperação produtiva: reabilitação de áreas para recuperação ou otimização da produção;
- Restauração produtiva: destinação de áreas para usos produtivos sustentáveis, como sistemas agroflorestais;
- Restauração ecológica: intervenção em áreas para restituir a vegetação nativa.

GT Economia do Futuro

O GT propôs a criação de nove polos tecnológicos de alto impacto no Brasil.

A discussão resultou na proposição de três projetos-piloto:

- Energia: hidrogênio de baixo carbono e combustíveis do futuro (USP/CNPEM/Unicamp/ITA);
- Saúde: Fiocruz/Butantan;
- Inteligência Artificial e Tecnologias Digitais: IMPA.



Foto: Registro da entrega do Caderno do GT Economia do Futuro, na 2ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em 12/12/2023. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palaciodoplanalto/53394404958/in/album-72177720313340961>.

GT Primeira Infância

O grupo produziu subsídios para a construção de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, enfatizando:

- governança colaborativa;
- integração interfederativa;
- articulação intersetorial.

No dia 27 de fevereiro, o GT promoveu o "Workshop – Primeira Infância", onde foi apresentado o Relatório de mapeamento das iniciativas para a Primeira Infância.



Foto: Registro de Workshop promovido pelo GT Primeira Infância, realizado em 27/02/2023, em Brasília/DF.

3. O Novo Conselho da República

Em 2023, os Grupos de Trabalho desempenharam papel central na estruturação inicial das agendas do CDESS, permitindo o aprofundamento técnico de temas estratégicos, conforme sintetizado na Tabela 1, a seguir.

TABELA 1 – GRUPOS DE TRABALHO DO CDESS 2023

GRUPO DE TRABALHO	TEMA CENTRAL	PRINCIPAIS EIXOS DE ATUAÇÃO	PRINCIPAIS ENTREGAS / CONTRIBUIÇÕES
Transição Energética	Mercado de carbono e transição energética	Mercado de carbono, hidrogênio de baixo carbono, SAF, eólicas offshore	Propostas de regulamentação do mercado de carbono; subsídios ao marco do hidrogênio; mapeamento de eólicas offshore; seminário internacional
Crédito e Investimento	Acesso ao crédito e financiamento produtivo	Crédito para MPMEs, financiamento de infraestrutura, crédito digital	Propostas de ampliação do crédito; Portal do Empreendedor; novos modelos de financiamento
Amazônia	Desenvolvimento sustentável da Amazônia	Sociobiodiversidade, infraestrutura, educação e ciência	PAC Sociobio; Luz para Todos na Floresta; PAC Sanear Amazônia; Mais Conhecimento da Amazônia
Áreas Degradadas	Recuperação ambiental e produtiva	Recuperação produtiva, restauração produtiva e ecológica	Estratégias de recuperação e modelos de restauração sustentável
Economia do Futuro	Inovação e desenvolvimento tecnológico	Energia, saúde, IA e tecnologias digitais	Proposta de polos tecnológicos e projetos-piloto
Primeira Infância	Política integrada para infância	Governança e integração intersetorial	Subsídios para Política Nacional da Primeira Infância

IV. EVENTOS, INICIATIVAS ESPECIAIS E ENTREGAS

» Audiência sobre o Anteprojeto de regulamentação de mercado de carbono

Entre os principais acontecimentos de 2023, destacou-se o processo de consulta ao Conselho sobre o anteprojeto de regulamentação do mercado de carbono.

Na ocasião, foi realizada uma audiência com cerca de 130 participantes, provenientes de mais de 50 organizações, resultando na elaboração de relatório encaminhado aos ministérios responsáveis e ao Congresso Nacional

» Instalação da Câmara Técnica de Transformação do Estado

Em 16 de outubro de 2023, foi inaugurado espaço dedicado ao debate com a sociedade civil e especialistas sobre medidas relacionadas à transformação do Estado.

A iniciativa teve como foco:

- redução das desigualdades;
- promoção do desenvolvimento sustentável, digital e inclusivo;
- ampliação das capacidades estatais;
- melhoria da prestação de serviços públicos.

» Assinatura do Pacto Nacional do Combate às Desigualdades

Realizada em 30 de outubro, no Palácio do Itamaraty, com a participação de mais de 40 conselheiros e cinco ministros de Estado.

O evento reforçou o compromisso institucional com a construção de uma estratégia nacional de enfrentamento das desigualdades, que visa tornar a redução das disparidades sociais, econômicas e regionais uma prioridade nacional.

» Seminário Internacional de Política Industrial

Realizado em 31 de outubro, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI/MDIC) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

O seminário teve como objetivo discutir experiências internacionais e estratégias de política industrial, reunindo referências da Ásia, Europa e América do Norte e contribuindo para a atualização do debate brasileiro sobre desenvolvimento produtivo.

O conjunto de eventos e iniciativas especiais realizados pelo CDESS em 2023 encontra-se sintetizado na Tabela 2, a seguir.

TABELA 2 – EVENTOS E INICIATIVAS ESPECIAIS DO CDESS 2023

EVENTO / INICIATIVA	TIPO	TEMA CENTRAL	OBJETIVO	PRINCIPAIS RESULTADOS / CONTRIBUIÇÕES
Audiência sobre o anteprojeto do mercado de carbono	Evento	Mercado de carbono	Consultar sociedade civil	Participação ampla e elaboração de relatório técnico
Câmara Técnica de Transformação do Estado	Iniciativa institucional	Modernização do Estado	Criar espaço de diálogo permanente	Ampliação do debate sobre capacidades estatais
Pacto Nacional de Combate às Desigualdades	Evento institucional	Desigualdades sociais	Reforçar compromisso político	Mobilização institucional e articulação inter-setorial
Seminário Internacional de Política Industrial	Evento	Política industrial	Debater experiências internacionais	Integração de perspectivas globais
Ativação dos Grupos de Trabalho	Iniciativa estruturante	Agendas estratégicas	Estruturar temas prioritários	Consolidação de agendas e produção técnica
Articulação de agendas transversais	Iniciativa	Desenvolvimento sustentável	Integrar agendas	Definição das estratégias do CDESS

3.2 ANO 2024

Se o ano de 2023 representou a retomada do CDESS e a reconstrução do diálogo entre governo e sociedade civil, 2024 marcou a consolidação do Conselho como espaço estratégico de articulação e incidência em políticas públicas, aprofundando significativamente os debates iniciados no ano anterior.

O período também foi marcado pela ampliação da presença institucional do CDESS em agendas internacionais, a exemplo da participação ativa do Conselho na presidência brasileira do G20 e na construção do G20 Social⁶.

Ao longo de 2024, o CDESS se consolidou não apenas como espaço de escuta e diálogo, mas como um espaço democrático para produzir recomendações, mobilizar diferentes setores e contribuir diretamente para a construção de programas, normativos, plataformas e iniciativas governamentais voltadas à transformação econômica, social, ambiental e tecnológica do Brasil.

I. PLENÁRIAS

No ano de 2024 também foram realizadas a terceira e a quarta Reuniões Plenárias do Conselho da República, nos dias 27 de junho e 12 de dezembro, respectivamente.

A 3ª Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), realizada em 27 de junho de 2024, no Palácio Itamaraty, representou um momento de consolidação da atuação do Conselho, com a apresentação dos resultados das comissões temáticas e dos grupos de trabalho desenvolvidos ao longo do primeiro semestre. A reunião contou com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, do então Ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, além de diversos ministros de Estado e conselheiros. A plenária abordou temas estratégicos como equilíbrio fiscal, crédito, inovação, primeira infância, economia circular e combate à fome, reafirmando o papel do CDESS na formulação de propostas e no aperfeiçoamento das políticas públicas. Como principal destaque, o encontro também deu visibilidade a iniciativas estruturantes do governo federal, com a sanção de programas e a assinatura de decretos em áreas como economia circular, projetos tecnológicos e política integrada para a primeira infância, fortalecendo o Conselho como instância de concertação e incidência nas políticas de Estado.



Foto: Registro da 3ª reunião Plenária do Conselho, realizada em 27/06/2024. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palaciodoplanalto/53820097844/in/album-72177720318310419>.

3. O Novo Conselho da República

A 4ª Plenária do CDESS, realizada em 12 de dezembro de 2024, no Palácio Itamaraty, consolidou o Conselho como espaço de apresentação de entregas, diálogo institucional e articulação de agendas estratégicas para o desenvolvimento do país. A reunião contou com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, do então Ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, além de diversos ministros de Estado, representantes de instituições públicas e conselheiros. A plenária teve como foco a apresentação das principais contribuições elaboradas pelas comissões temáticas e grupos de trabalho, com debates sobre temas como desigualdades, conjuntura econômica, democracia, transformação digital, renda básica, igualdade racial e desenvolvimento territorial. Como principais destaques, o encontro deu visibilidade a uma série de iniciativas e entregas governamentais, incluindo a assinatura de acordos e decretos, a posse de instâncias estratégicas e a sanção de medidas relevantes, como a regulamentação do mercado de carbono, reforçando o papel do CDESS como instância de concertação, produção de propostas e incidência nas políticas públicas de caráter estrutural.



Foto: Registro da 4ª reunião Plenária do Conselho, realizada em 12/12/2024. Disponível em https://www.flickr.com/photos/sri_oficial/54200516903/in/album-72177720322550919.

II. TEMAS RELEVANTES E RECOMENDAÇÕES

Como já abordado, em 2024 as comissões temáticas aprofundaram a incidência do Conselho sobre agendas prioritárias do governo federal.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

Na Comissão de Assuntos Econômicos⁷, os debates concentraram-se em temas relacionados ao crédito, spread bancário, neoindustrialização, inovação produtiva, competitividade, sustentabilidade econômica e inclusão financeira. Ao longo do ano, a comissão aprofundou discussões sobre os entraves estruturais ao acesso ao crédito no Brasil, especialmente para micro, pequenas e médias empresas, consolidando um ambiente de diálogo entre setor financeiro, governo federal e representantes da sociedade civil.

Ao longo do 2º semestre de 2024 amadureceu entre conselheiros da CAE a proposta de que a Comissão se envolvesse na elaboração de um Portfólio de Investimentos Estratégicos, para o país, com expectativa de que o tema se tornasse um dos principais projetos da CAE em 2025.

As discussões resultaram na elaboração de uma moção de apoio à proposta brasileira de taxação dos bilionários no G20, com o objetivo de impulsionar a medida. A moção foi entregue ao ministro da Economia Fernando Haddad, no Simpósio de Tributação Internacional do G20.

Além disso, a Comissão propôs as seguintes recomendações:

- Inserir membros da CAE no Fórum Brasileiro de Educação Financeira;
- Aproximar o Ministério da Educação - MEC das ações de Educação Financeira do Banco Central e garantir financiamento para ações como o Programa Aprender Valor;
- Potencializar o GT4/ENIMPACTO como plataforma para políticas públicas para nova economia e canal para coordenação na administração pública/ministérios; e
- Adotar um Índice de Bem-Estar Interno Bruto, adaptado à realidade brasileira, para orientar planejamento, orçamento e avaliação de progresso para além do PIB, semelhante aos arcabouços em uso nos países membros do WEGo (dialogar com PL 2518/24).



Foto: Registro da 4ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em 12/12/2024. Disponível em https://www.flickr.com/photos/sri_oficial/54199353077/in/album-72177720322550919.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS)

Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável⁸, os trabalhos foram fortemente direcionados pela presidência brasileira do G20 e pela preparação do país para sediar a COP30. Os debates concentraram-se na transição ecológica, mercado de carbono, economia circular, infraestrutura sustentável, adaptação climática e Nova Infraestrutura Verde. A comissão serviu como importante espaço de debates sobre justiça climática e desenvolvimento sustentável, articulando e integrando agendas ambientais, econômicas e sociais.

A partir dos debates realizados pela CMADS, foram formuladas, dentre outras, as seguintes recomendações:

- Promover o uso e ocupação sustentável do solo e soluções baseadas na natureza;
- Assegurar fontes de financiamento perene a obras de infraestrutura verde e azul, com critérios claros de sustentabilidade a curto, médio e longo prazos;
- Incentivar a criação de programas e a implementação de projetos destinados à arborização urbana, integrados ao planejamento das cidades e ao Plano Diretor Municipal; e
- Priorizar investimentos em infraestrutura que promovam o aumento da participação dos modais mais eficientes e de menor impacto ambiental;

COMISSÃO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES (CCD)

A Comissão de Combate às Desigualdades⁹ aprofundou discussões relacionadas à fome, pobreza, desigualdade racial, inclusão produtiva, periferias urbanas e políticas de proteção social. A pauta da igualdade racial ganhou destaque especial ao longo do ano, com a estruturação do Grupo de Trabalho Pacto pela Igualdade Racial,

Os debates conduzidos no âmbito da CCD culminaram na formulação, entre outras, das seguintes recomendações:

- Garantir que as políticas públicas alcancem as mulheres negras periféricas, que enfrentam múltiplas barreiras sociais e econômicas;
- Priorizar bancos públicos para a concessão de crédito, para garantir a negociação de taxas de juros mais acessíveis e a criação de condições especiais para pequenos negócios;
- Ampliar a oferta de crédito para microempresas, que enfrentam mais dificuldades de acesso ao crédito em comparação com as empresas de pequeno porte.



Foto: Registro da 3ª Plenária do Conselho, realizada em 27/06/2024. Disponível em https://www.flickr.com/photos/sri_oficial/53820481679/in/album-72177720318302741

COMISSÃO DE DIREITOS E DEMOCRACIA (CDD)

Já a Comissão de Direitos e Democracia¹⁰ aprofundou suas discussões sobre segurança pública, combate ao crime organizado, enfrentamento à desinformação e fortalecimento das instituições democráticas. Em diálogo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Conselho acompanhou a formulação da PEC da Segurança Pública, os avanços do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), o Plano Pena Justa e as iniciativas relacionadas ao combate ao extremismo e à proteção da integridade informacional no ambiente digital.

A comissão também passou a acompanhar mais diretamente os debates relacionados à segurança pública cidadã, governança de dados, integração de sistemas de inteligência e fortalecimento da cooperação interfederativa no enfrentamento ao crime organizado, aproximando o debate da segurança pública das agendas econômicas, sociais e democráticas.

A partir das reuniões da CDD, foram elaboradas 52 contribuições ao Plano Pena Justa, predominantemente sobre baixa oferta e má qualidade dos serviços prestados nas prisões; tratamentos desumanos, cruéis e degradantes às pessoas privadas de liberdade, superlotação dos estabelecimentos prisionais, dentre outros temas.

3. O Novo Conselho da República

A partir das reuniões, foram viabilizadas a produção das recomendações a seguir:

- Estabelecer metas mais ambiciosas quanto aos direitos das pessoas com deficiência, em especial nos programas vinculados ao Plano Plurianual previsto para o período de 2024 a 2027;
- Lançar projeto para seleção e construção de novos monumentos em alusão a figuras invisibilizadas, por razões de gênero, raça, classe social ou regiões;
- Convocar, via decreto, a Segunda Conferência Nacional de Segurança Pública;
- Promover a reforma do Fundo Nacional de Segurança Pública; e
- Promover a fiscalização permanente da Receita Federal nas empresas caracterizadas como devedoras contumazes.

COMISSÃO DE TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (CTITD)

A pauta da transformação produtiva e tecnológica ganhou tração em 2024. A Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital¹¹ avançou na formulação do Plano Brasil Digital 2030+, estruturando debates sobre conectividade, inclusão digital, inteligência artificial, infraestrutura tecnológica, letramento digital e governança da transformação digital brasileira. A comissão também passou a dialogar mais intensamente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e com a agenda de neoindustrialização do governo federal.

Ao longo do ano, a comissão também apoiou a articulação para a criação de um mecanismo de governança centralizada de políticas públicas relacionadas ao digital, pilar central do Plano Brasil Digital 2030+, desdobramento dos debates realizados pelo GT Economia do Futuro. A iniciativa passou a ser discutida junto aos ministérios afetos à agenda tecnológica e industrial, buscando estruturar mecanismos permanentes de coordenação estratégica para setores considerados prioritários ao desenvolvimento nacional.

Ademais, a CTITD realizou uma análise crítica do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) e destacou a importância de abordar desigualdades regionais que podem impactar a implementação do plano, assegurando a distribuição equitativa de tecnologia e recursos para todas as regiões, não limitando os benefícios aos grandes centros do eixo Sudeste. Outro ponto central da discussão foi a difusão e capacitação em IA. Os conselheiros consideraram essencial incluir inteligência artificial nos currículos educacionais desde o ensino básico até o superior, e criar programas de formação técnica para preparar jovens para o mercado de IA.

As discussões desenvolvidas pela comissão resultaram na consolidação das seguintes recomendações:

- Criar um Conselho Consultivo, formado por diferentes esferas da sociedade, para sugerir objetivos, ferramentas, métricas, referências e revisões do Plano de longo prazo do Plano Brasil Digital 2030+;
- Integrar o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) ao Plano Brasil Digital 2030+;

- Criar modelo de seleção e execução estratégica de tecnologias prioritárias, com uma revisão periódica para discussão de inclusão de novas tecnologias emergentes;
- Criar mecanismos de incentivo tributário para empresas que utilizarem as tecnologias estratégicas nos seus processos e operações;
- Ampliar e aprimorar mecanismos existentes de incentivo à inovação;
- Desenvolver um amplo programa de capacitação e requalificação digital;
- Gerar ações de engajamento do jovem pela carreira de tecnologia; e
- Utilizar a matriz energética brasileira como impulsionadora da atração de investimentos com viés sustentável.

A Tabela 3 a seguir organiza os principais temas e recomendações por comissão temática referente a 2024.

TABELA 3 – RECOMENDAÇÕES POR COMISSÃO TEMÁTICA 2024

COMISSÃO	TEMAS PRINCIPAIS	RECOMENDAÇÕES-CHAVE
CAE – Assuntos Econômicos	Crédito, spread bancário, bem-estar econômico	Inserção na ENEF, integração MEC-Bacen, fortalecimento da nova economia (ENIMPACTO), criação de indicador de bem-estar além do PIB
CMADS – Meio Ambiente	Infraestrutura sustentável, clima, economia circular	Financiamento de infraestrutura verde, soluções baseadas na natureza, arborização urbana, transporte sustentável
CCD – Desigualdades	Pobreza, equidade racial, crédito	Crédito para mulheres negras, fortalecimento de bancos públicos, inclusão produtiva de pequenos negócios
CDD – Direitos e Democracia	Segurança pública, sistema prisional	Reforma do Fundo Nacional de Segurança, conferência nacional de segurança, novos monumentos inclusivos, contribuições ao Plano Pena Justa
CTITD – Tecnologia e Digital	IA, conectividade, formação digital	Integração PBIA ao Brasil Digital, governança digital, capacitação em IA, incentivos à inovação, inclusão digital e formação tecnológica

III. GRUPOS DE TRABALHO (GT)

GT Economia Circular

Instituído no primeiro semestre, com o objetivo de identificar e propor mecanismos e estratégias de transição da economia linear para a economia circular a partir da visão de diferentes atores.



Foto: Registro da entrega do Caderno do GT Economia Circular, durante a 3ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em 27/06/2024.

GT Transição Energética

Em 19 de novembro de 2024 foi aprovado o PL 182/2024, para instituir o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), uma vitória importante para os membros do GT, que monitoraram o projeto de perto e seguiram fazendo sugestões às diversas versões do texto que circularam entre a Câmara e o Senado.

Considerando o monitoramento realizado pelos conselheiros sobre os principais temas dessa agenda no Congresso, o ministro Alexandre Padilha e os conselheiros coordenadores do GT Transição Energética, publicaram no jornal O Globo, em 14 de setembro de 2024, o texto intitulado "Agenda Verde é fruto de diálogo e participação social".

A Lei 15.042/24 foi sancionada na 4ª plenária do CDESS.

GT Spread Bancário

Instituído em 4 de novembro, com o objetivo de discutir e formular propostas para a redução dos custos do crédito no Brasil, em especial o elevado spread bancário — reconhecido como um dos principais entraves à expansão do investimento produtivo, da competitividade empresarial e da inclusão financeira no país.

O grupo foi composto por representantes de dez instituições com atuação estratégica no setor financeiro e produtivo: Febraban, Zetta, Associação Brasileira de Bancos (ABBC), Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (Abipag), Confederação Nacional da Indústria (CNI), centrais sindicais, Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Itaú.

As discussões do GT são centradas em 6 eixos temáticos¹²: i) Prevenção e combate às fraudes; ii) Inadimplência e custos associados às perdas com as operações de crédito; iii) Instrumentos inovadores e crédito para MPMEs; iv) Acesso a dados e plataformas digitais; v) Custos Administrativos, Financeiros e Tributários; e vi) Competitividade na indústria financeira.



Foto: Registro da entrega do Caderno do GT Spread Bancário, durante a 4ª Reunião Plenária do Conselho, disponível em https://www.flickr.com/photos/sri_oficial/54200688470/in/album-72177720322550919.

GT Renda Básica e Cidadania

Criado em maio, para estudar a forma de regulamentação da Lei nº 10.835/2004, como medida para combater a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento econômico inclusivo¹³. O Grupo de Trabalho Renda Básica e Cidadania reuniu conselheiros, especialistas, pesquisadores, representantes governamentais e organizações da sociedade civil para discutir caminhos para a implementação gradual da política, especialmente no contexto da proteção da infância e do combate à pobreza extrema.



Foto: Registro da entrega do caderno do GT Renda Básica e Cidadania, durante a 4ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em 12/12/2024. Disponível em https://www.flickr.com/photos/sri_oficial/54200492364/in/album-72177720322550919.

GT Igualdade Racial

Criado em dezembro de 2023, a partir de articulação entre o Ministério da Igualdade Racial, o Banco do Brasil e o CDESS. O GT mobilizou representantes do setor público, setor privado, academia, sistema de justiça e movimentos sociais em torno da construção de estratégias conjuntas de enfrentamento ao racismo estrutural. O escopo do GT¹⁴ desencadeou quatro eixos de atuação prioritários que nortearam as discussões: i) Educação e Inclusão; ii) Vida e Dignidade; iii) Direito à Terra; e iv) Trabalho, Emprego e Renda.

Como resultados, foram realizados cursos de letramento racial para servidores públicos, oferecido por Harvard. Ainda, diversas empresas públicas assinaram carta de compromisso, se comprometendo a promover ações de igualdade racial.



Foto: Registro da 4ª Plenária do Conselho, realizada em 12/12/2024. Disponível em https://www.flickr.com/photos/sri_oficial/54200245796/in/album-72177720322550919/

GT Primeira Infância

Iniciado em 2023, entregou, em 13 de junho, a entrega oficial do relatório final ao então Ministro de Relações Institucionais Alexandre Padilha, com ênfase na proposta de instituição da Política Nacional Integrada da Primeira Infância e do Comitê Intersetorial para a Primeira Infância, para estruturar o processo de governança desta política transversal.

GT Periferias

Criado com o objetivo de debater a realidade social dos territórios periféricos das diversas regiões do Brasil, e propor medidas concretas de transformação social, a partir da periferia como potência. O GT organizou o trabalho em torno de três eixos fundamentais: i) Culturas periféricas; ii) Trabalho e renda; e iii) Planos Populares e Comunitários.

3. O Novo Conselho da República



Foto: Registro de Conselheiros do CDESS na 3ª Plenária do Conselho, realizada em 27/06/2024. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/sri_oficial/albums/72177720318302741/with/53820142246

O GT desenvolveu a iniciativa "Potências Negras Tecnologia", com o objetivo de compatibilizar a escassez de profissionais qualificadas e de mão de obra especializada no setor de tecnologia, com a necessidade de capacitação, geração de renda e oportunidades para a população negra, especialmente de territórios periféricos e marginalizados.

GT Crédito e Investimento

O Grupo de Crédito e Investimento entregou ao Presidente, durante a reunião da 3ª plenária, o relatório consolidando mais de 20 propostas para aumentar o acesso ao crédito, envolvendo crédito imobiliário, microcrédito, blended finance e sistemas de informação de crédito, discussão que iniciou no CDESS e culminou no programa ACREDITA.

GT Combate à Fome

Grupo de Trabalho de Combate à Fome aprofundou a análise da situação da segurança alimentar e nutricional no Brasil, articulando diagnóstico e propostas voltadas ao fortalecimento de políticas públicas e à ampliação da participação social e empresarial.

O GT destacou a reversão recente do quadro de insegurança alimentar, com a saída de cerca de 24,4 milhões de pessoas da fome em 2023, impulsionada por políticas como o Plano Brasil Sem Fome, o Bolsa Família, o PNAE e o PAA. Ainda assim, persistem desafios relevantes, com aproximadamente 8,7 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave.

As discussões foram organizadas em dois eixos principais: a atuação do setor empresarial e o fortalecimento das políticas de alimentação social. No primeiro, evidenciou-se o baixo engajamento do setor privado, com necessidade de incentivos à doação de alimentos, redução do desperdício e maior participação no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). No segundo, destacou-se a importância de ampliar políticas públicas estruturantes, com ênfase no enfrentamento de “desertos alimentares”, no fortalecimento da agricultura familiar e na promoção da alimentação adequada e saudável.

O grupo também apontou desafios relacionados à qualidade da alimentação, às desigualdades regionais e à maior vulnerabilidade de populações de baixa renda, mulheres e pessoas pretas e pardas.

A partir dessas análises, foram apresentadas as seguintes recomendações:

- Promover a adesão voluntária das empresas ao SISAN;
- Instituir incentivos fiscais e regulatórios para doação e redução do desperdício de alimentos;
- Criar um Fundo de Combate à Fome para financiar ações do sistema;
- Implementar mapeamento contínuo das áreas com insegurança alimentar;
- Desenvolver Programa Nacional de Combate aos Desertos Alimentares;
- Ampliar o acesso econômico a alimentos saudáveis;
- Promover a alimentação adequada, inclusive com restrições a ultraprocessados em escolas e equipamentos públicos.



Foto: Registro de entrega do caderno GT Combate à Fome na 3ª Reunião Plenária do CDESS, realizada em 27/06/2024. Disponível em https://www.flickr.com/photos/sri_oficial/53820406143/in/album-72177720318302741

3. O Novo Conselho da República

Em 2024, os Grupos de Trabalho ampliaram sua atuação e se consolidaram como instrumentos centrais de incidência do CDESS sobre políticas públicas, aprofundando o tratamento de temas estratégicos e orientando a formulação de propostas em áreas prioritárias, conforme sintetizado na Tabela 4, a seguir.

TABELA 4 – GRUPOS DE TRABALHO DO CDESS 2024

GRUPO DE TRABALHO	TEMA CENTRAL	PRINCIPAIS EIXOS DE ATUAÇÃO	PRINCIPAIS ENTREGAS / CONTRIBUIÇÕES
Spread Bancário e Custo do Crédito	Custo do crédito no Brasil	Taxas de juros, spread bancário, competição no sistema financeiro	Propostas para redução do spread bancário; ampliação da concorrência e eficiência no sistema financeiro; subsídios para políticas de crédito mais acessível
Renda Básica e Inclusão Produtiva	Proteção social e inclusão econômica	Renda básica, inclusão produtiva, combate à pobreza	Propostas para políticas de transferência de renda e inclusão produtiva; fortalecimento de políticas sociais integradas
Desenvolvimento das Periferias	Inclusão territorial e desenvolvimento urbano	Economia local, financiamento, infraestrutura e serviços urbanos	Recomendações para políticas voltadas às periferias urbanas; fortalecimento de iniciativas de desenvolvimento territorial
Educação Financeira e Endividamento	Educação financeira e endividamento	Letramento financeiro, superendividamento, inclusão financeira	Propostas de ampliação da educação financeira; integração com políticas públicas; apoio a consumidores endividados
Transformação Ecológica (continuidade e ampliação)	Sustentabilidade e desenvolvimento	Transição energética, financiamento verde, infraestrutura sustentável	Consolidação de propostas para transição ecológica; integração com políticas climáticas; ampliação do debate sobre financiamento sustentável
Economia Digital e Tecnologias Emergentes	Transformação digital e inovação	Inteligência artificial, governança digital, inovação	Recomendações para governança da IA e inclusão digital; integração com políticas nacionais de transformação digital
Segurança Pública e Sistema de Justiça	Políticas de segurança e justiça	Sistema prisional, financiamento e governança da segurança	Contribuições ao Plano Pena Justa; propostas para reforma de instrumentos de financiamento da segurança pública
Combate à Fome	Segurança alimentar e nutricional	Atuação empresarial e políticas alimentares (SISAN, doações, desperdício, desertos alimentares, alimentação saudável)	Propostas de fortalecimento do SISAN; incentivos a doações; criação de Fundo de Combate à Fome; programa contra desertos alimentares

IV. EVENTOS, INICIATIVAS ESPECIAIS E ENTREGAS

» 1º Seminário Internacional "O Mercado de Certificados de Captura e Emissão de Gases de Efeito Estufa"

Realizado nos dias 21 e 22 de fevereiro, em parceria com a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) e o Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), reunindo autoridades e especialistas para debater estratégias de mitigação das mudanças climáticas e promover uma transição ecológica nacional.

» Mesa de Debate entre CDESS e o Conselho Econômico e Social Europeu (CESE)

Realizado em 10 de abril, o evento promoveu um importante debate sobre a importância de uma cooperação eficaz entre o Brasil e a União Europeia para alcançar metas ambiciosas de descarbonização e sustentabilidade. Ainda, no mesmo evento, os participantes trouxeram perspectivas valiosas no que diz respeito à interação entre automação do trabalho e o trabalho decente.

» Diálogos de "Potências Negras"

No âmbito dos diálogos de "Potências Negras", idealizado por conselheiras negras da Comissão de Combate às Desigualdades, foi realizada, no dia 19 de abril, a "2ª Roda de Escuta", com o tema "Conexões Necessárias para Viabilizar Vez e Voz", que teve o objetivo de aumentar a efetividade das políticas públicas de ações afirmativas e combate às desigualdades.

» Workshop sobre o Plano Brasil Digital 2030+

Realizado em 24 de abril, com a intenção de expandir a rede de agentes públicos e privados para os quais o Plano foi apresentado. Os participantes contribuíram com novas ações estratégicas e detalhamento às propostas apresentadas. A ideia foi de articular iniciativas positivas já existentes, para congregar apoio e evitar a descon-tinuidade de políticas com resultados práticos já apresentados.

» Movimento pela Integridade Empresarial: Desenvolvimento Econômico – Sonegação, conformidade técnica e fiscal

Realizado em 23 de maio de 2024, em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o evento surgiu da demanda de discutir o tema da integridade no CDESS, que promoveu a mesa de debate "Um mercado mais íntegro: promoção da conformidade técnica, combate à pirataria e ao crime organizado". Na ocasião, a CGU também apresentou o Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, uma iniciativa que estimula empresas atuantes no país a assumir, voluntariamente, compromissos públicos com a integridade empresarial.

» Curso Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos

Em 29 de maio foi realizada a aula inaugural do curso, promovido pelo CDESS em parceria com o Instituto de Pesquisa Afro-Latino-Americanas (ALARI) da Universidade de Harvard. Trata-se de uma série de cursos em modalidade virtual, dedicada ao estudo de experiências, histórias, contribuições e desafios da população afro-descendente na América Latina desde os tempos coloniais até o presente.

O Conselho, em parceria com o Banco do Brasil e o Ministério da Igualdade Racial, promoveu uma turma especial no Brasil, que contou com 159 participantes, incluindo servidores públicos da Administração Direta Federal e funcionários do Banco do Brasil. O curso visou criar uma rede, no âmbito dos órgãos públicos, para promover o letramento racial, a cultura de igualdade racial, a inclusão e uma sociedade mais igualitária.

Ao final do curso, os alunos foram instados a apresentar um plano de ação afirmativas, no âmbito da instituição que trabalha ou uma proposta de marcos regulatórios que poderão aprimorar a política pública racial.



Foto: registro da formatura do curso de formação do ALARI, realizada em 30/10/2025.

» Assinatura do Decreto nº 12.081/2024

Em 27 de junho, foi realizada a assinatura do Decreto nº 12.081/2024, que instituiu a **Iniciativa Nacional de Projetos Tecnológicos de Alto Impacto** com a finalidade de identificar, priorizar e enfrentar, em conjunto com outros programas e políticas prioritárias do Poder Executivo federal, os desafios tecnológicos nacionais que demandem grande volume de investimentos na execução de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em articulação com os setores público e privado para a geração de projetos tecnológicos de alto impacto.



Foto: Registro da 3ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em 27/06/2024. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palacioplanalto/53820055435/in/album-7217720318310419>.

» Assinatura do Decreto nº 12.083/2024

Em 27 de junho, foi realizada a assinatura do Decreto nº 12.083/2024, que estabeleceu as diretrizes para a elaboração da **Política Nacional Integrada para a Primeira Infância** e instituiu o seu Comitê Intersectorial. As diretrizes elaboradas foram resultado de debates e de trocas de experiências promovidas pelo Grupo de Trabalho (GT) Primeira Infância, instalado no âmbito do CDESS. O esforço conjunto entre a sociedade civil e o governo culminou em um relatório com recomendações ao Presidente da República e, posteriormente, no Decreto que agora orienta a implementação da Política, no âmbito do Comitê

» Projeto Cronogramas da Liberdade

Entre os dias 24 e 26 de julho, na cidade de Salvador, foram realizados eventos como parte do Projeto Cronogramas da Liberdade, que buscou realizar escutas de mulheres afrodescendentes em territórios periféricos, com vista a conhecer suas demandas, suas iniciativas coletivas e as estratégias adotadas por elas em seu cotidiano e, a partir disso, propor políticas e ações do poder público alinhadas ao combate à desigualdade, potencializando as iniciativas solidárias e coletivas do território.

3. O Novo Conselho da República

» Projeto Imagem e Reputação do Brasil

Surgiu com o propósito de projetar o Brasil como uma força global em sustentabilidade e inovação e foi realizado em quatro etapas principais: i) mapeamento e compreensão dos Conselheiros sobre a imagem do Brasil; ii) Escutas realizadas com especialistas e representantes da sociedade civil, para captar diversas visões e perspectivas sobre e para o Brasil; iii) Pesquisa quantitativa, com 3.266 brasileiros, a respeito da imagem e reputação do Brasil; e iv) relatório digital contendo os elementos principais para basear o fortalecimento da imagem e reputação do Brasil.

» Workshop "Iniciativa de Pesquisa e Inovação para a Amazônia"

Ocorrido nos dias 4 e 5 de setembro, em Manaus/AM, visando compartilhar iniciativas de pesquisa e inovação e explorar a integração de novos projetos e redes de cooperação científica que contribuam na orientação do financiamento público de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), na Amazônia.

» Oficina do "Potências Negras"

O grupo Potências Negras, formado por conselheiras negras do CDESS, realizou uma oficina em 9 de outubro de 2024 para discutir e elaborar ações prioritárias para a população negra. O encontro, que aconteceu na Sede do Banco do Brasil, em Brasília, teve como objetivo central analisar o impacto do racismo na tecnologia e propor soluções para promover a inclusão digital e combater as desigualdades raciais

» Sanção da Lei nº 15.042/24

A Lei nº 15.042/24, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), foi sancionada na 4ª plenária do CDESS, fruto dos trabalhos do GT de Transição Energética.

Em 2024, os eventos e iniciativas especiais do CDESS refletiram o avanço de sua atuação, com maior inserção em agendas nacionais e internacionais e fortalecimento de seu papel como espaço de articulação e incidência. Essas iniciativas contribuíram para qualificar o debate público, ampliar a interlocução institucional e consolidar temas estratégicos na agenda do Conselho, conforme sintetizado na Tabela 5, a seguir.

TABELA 5 – EVENTOS E INICIATIVAS ESPECIAIS DO CDESS 2024

EVENTO / INICIATIVA	TIPO	TEMA CENTRAL	OBJETIVO	PRINCIPAIS RESULTADOS / CONTRIBUIÇÕES
1º Seminário Internacional "O Mercado de Certificados de Captura e Emissão de Gases de Efeito Estufa"	Evento internacional	Mercado de carbono e transição ecológica	Debater experiências, instrumentos e desafios relacionados ao mercado de carbono	Qualificação do debate sobre instrumentos de mercado para redução de emissões; subsídios técnicos para formulação de políticas climáticas
Mesa de Debate entre CDESS e o Conselho Econômico e Social Europeu (CESE)	Evento internacional / institucional	Cooperação internacional e diálogo social	Promover intercâmbio de experiências entre conselhos econômicos e sociais	Fortalecimento da cooperação institucional; troca de boas práticas em governança participativa e políticas públicas
2ª Roda de Escuta – Diálogos de "Potências Negras"	Evento participativo	Igualdade racial e inclusão social	Ampliar a escuta de lideranças e movimentos sociais sobre desigualdades raciais	Incorporação de contribuições da sociedade civil; fortalecimento da agenda de equidade racial
Ampliação de espaços de escuta e diálogo social	Iniciativa institucional	Participação social	Qualificar a escuta e ampliar a diversidade de vozes no Conselho	Fortalecimento da participação social; ampliação da representatividade nas discussões
Articulação com redes e fóruns internacionais	Iniciativa estratégica	Inserção internacional	Expandir a presença do CDESS em redes e espaços globais	Consolidação do Conselho como ator de diálogo internacional; fortalecimento da diplomacia participativa

3.3 ANO 2025

O ano de 2025 representou um marco na trajetória do Conselho da República. Após o processo de reconstrução e fortalecimento iniciado em 2023 e a consolidação de sua capacidade de incidência em 2024, o Conselho passou a desempenhar papel ainda mais estratégico na formulação de agendas para o futuro do país.

Ao longo do ano, o CDESS ampliou sua atuação em temas relacionados à transformação ecológica, à soberania tecnológica, ao desenvolvimento produtivo, à justiça social, à democracia, à segurança pública, à governança digital e à inserção internacional do Brasil. As comissões temáticas e os grupos de trabalho aprofundaram o diálogo entre governo e sociedade civil, fortaleceram os mecanismos de formulação colaborativa e consolidaram o Conselho como espaço de construção de consensos em torno de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável, democrático e inclusivo.

O período também foi marcado pela crescente inserção internacional do Conselho, especialmente no contexto da realização da COP30, em Belém, e pela elaboração dos "Pilares de um Projeto de Nação", principal iniciativa estratégica de planejamento do CDESS voltada ao desenvolvimento do Estado brasileiro.

I. PLENÁRIAS

Em 2025 o Conselho promoveu as 5ª e 6ª Reuniões Plenárias, realizadas nos dias 05 de agosto e 04 de dezembro, respectivamente.

A 5ª Plenária do CDESS, realizada em 5 de agosto de 2025, em Brasília, consolidou o Conselho como espaço ampliado de diálogo político-institucional, reunindo o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, o Secretário-Executivo do CDESS, Olavo Noleto, além de ministros de Estado, governadores, parlamentares e conselheiros, com destaque para a ampliação do colegiado de 246 para 280 membros, a recondução de parte significativa de seus integrantes e a apresentação dos novos conselheiros. Como principais entregas, destacaram-se a instituição da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, a apresentação do Portfólio de Investimentos para a Transformação Ecológica, o lançamento de iniciativas como o programa Amazônia Mais Digital e o Arco da Dignidade da População Negra, além da consolidação de propostas do grupo de trabalho sobre spread bancário e dos avanços na agenda digital nacional, reforçando o Conselho como instância de formulação, coordenação e incidência nas políticas públicas e nas estratégias de desenvolvimento sustentável do Brasil.



Foto: Registro da 5ª reunião plenária do Conselho, realizada em 05/08/2025. Disponível em https://www.flickr.com/photos/sri_oficial/54701670002/in/album-72177720328177276/

A 6ª Plenária do CDESS, realizada em 4 de dezembro de 2025, no Palácio Itamaraty, consolidou o Conselho como espaço de articulação entre formulação estratégica e entrega de resultados concretos às políticas públicas, reunindo autoridades governamentais, conselheiros e representantes da sociedade civil sob a coordenação da Secretaria de Relações Institucionais. A plenária teve como eixo central a consolidação das contribuições do Conselho para agendas estruturantes nacionais e internacionais, com destaque para a participação ativa do CDESS na COP30, incluindo a sistematização das contribuições da comunidade científica da Amazônia, a apresentação do Portfólio de Investimentos para a Transformação Ecológica e a divulgação da Agenda Positiva do Agro. Como principal entrega, destacou-se a consolidação da agenda estratégica "Pilares de um Projeto de Nação", reforçando o papel do Conselho como instância de formulação, integração e incidência nas políticas públicas e no planejamento de longo prazo do desenvolvimento sustentável do país.



Foto: Registro da 6ª plenária do Conselho, realizada em 04/12/2025. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palaciadoplanalto/54963991260/in/album-72177720330736829>.

II. TEMAS RELEVANTES E RECOMENDAÇÕES¹⁵

Em 2025, as recomendações do CDESS refletem o estágio mais avançado de sua atuação, com a consolidação de agendas estruturantes e a formulação de diretrizes de médio e longo prazo para o desenvolvimento nacional.

Nesse período, observa-se maior integração entre as diferentes comissões temáticas, bem como um alinhamento mais claro com iniciativas estratégicas, resultando em contribuições que articulam dimensões econômicas, sociais, ambientais, institucionais e tecnológicas, conforme sintetizado na Tabela 7.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Na Comissão de Assuntos Econômicos, foram aprofundados debates relacionados à justiça tributária, ao investimento público, ao crédito, à modernização financeira, ao desenvolvimento produtivo e à economia verde. O ano também foi marcado pela consolidação das discussões sobre a duplicata escritural, considerada instrumento relevante para a modernização da infraestrutura de crédito e para a ampliação da competitividade econômica brasileira.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, os trabalhos concentraram-se na preparação da COP30, no Plano de Transformação Ecológica, no financiamento climático e na construção de estratégias relacionadas à bioeconomia, à agricultura de baixo carbono, à transição energética e à adaptação climática.

A comissão consolidou-se como espaço estratégico de articulação entre desenvolvimento sustentável, justiça climática e planejamento econômico de longo prazo. Nesse contexto, o Conselho consolidou recomendações relacionadas ao financiamento verde, à bioeconomia amazônica, à agricultura sustentável, à justiça climática, à valorização dos conhecimentos tradicionais e à integração entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.



Foto: Registro da 5ª Plenária do Conselho, realizada em 05/08/2025. Disponível em https://www.flickr.com/photos/sri_oficial/54701668267/in/album-7217720328177276/

COMISSÃO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES

A Comissão de Combate às Desigualdades reforçou debates relacionados à proteção social universal, ao enfrentamento do racismo estrutural, à inclusão produtiva, às desigualdades territoriais e à democratização do acesso a direitos.

O lançamento da publicação "Glossário às Avessas — Desvendando Conceitos e Desconstruindo Padrões" consolidou uma importante iniciativa de educação antirracista e de valorização de epistemologias produzidas por grupos historicamente marginalizados.

COMISSÃO DE DIREITOS E DEMOCRACIA

Na Comissão de Direitos e Democracia, destacaram-se os debates relacionados à regulação de plataformas digitais, ao combate à desinformação, à inteligência artificial, à proteção de direitos fundamentais e à segurança pública cidadã. A comissão aprofundou discussões sobre soberania digital, governança democrática no ambiente virtual e responsabilização das plataformas, fortalecendo a participação do CDESS nos debates nacionais sobre integridade informacional e regulação tecnológica.

Ao longo do ano, a comissão também acompanhou políticas relacionadas ao Programa Viver sem Limites, à inclusão de pessoas com deficiência e às políticas voltadas à população LGBTQIA+. As discussões reforçaram a necessidade de integração interfederativa, de fortalecimento institucional e de ampliação das políticas de proteção social e garantia de direitos.

COMISSÃO DE TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Na Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital, foram aprofundadas as discussões relacionadas à implementação da agenda do Plano Brasil Digital 2030+, consolidando-se temas como conectividade, inteligência artificial, cibersegurança, inclusão digital, transformação do Estado e soberania tecnológica. O Conselho acompanhou, ainda, a consolidação do Comitê Interministerial para a Transformação Digital (CITDigital), resultado direto das recomendações formuladas pela comissão desde 2023.

Destacaram-se recomendações relacionadas à regulação da inteligência artificial, à proteção da soberania digital, ao fortalecimento da cibersegurança, à ampliação da conectividade e ao desenvolvimento de mecanismos de governança democrática para plataformas digitais.

3. O Novo Conselho da República



Foto: Registro da 5ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em 05/08/2025. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palacioplanoalto/54700851587/in/album-72177720328173967>.

TABELA 6 – RECOMENDAÇÕES POR COMISSÃO TEMÁTICA 2025

COMISSÃO	TEMAS PRINCIPAIS	RECOMENDAÇÕES-CHAVE
CAE – Assuntos Econômicos	Justiça tributária, crédito, desenvolvimento produtivo	Modernização da infraestrutura de crédito (duplicata escritural), fortalecimento do investimento produtivo e economia verde
CMADS – Meio Ambiente	COP30, bioeconomia, financiamento climático	Financiamento verde, integração economia-ambiente, valorização de saberes tradicionais, agricultura sustentável
CCD – Desigualdades	Racismo estrutural, proteção social	Universalização da proteção social, inclusão produtiva, combate às desigualdades territoriais
CDD – Direitos e Democracia	Regulação digital, direitos fundamentais	Regulação de plataformas digitais, soberania digital, políticas para PcD e grupos vulneráveis
CTITD – Tecnologia e Digital	Soberania tecnológica, IA, cibersegurança	Regulação da IA, fortalecimento da soberania digital, ampliação da conectividade, governança digital democrática

III. GRUPOS DE TRABALHO (GT)

Os Grupos de Trabalho seguiram desempenhando papel importante na dinâmica do CDESS em 2025, consolidando-se como espaços de aprofundamento técnico e de construção de consensos.

GT Spread Bancário¹⁶

O GT Spread Bancário permaneceu como uma das iniciativas de maior repercussão institucional do Conselho. O grupo aprofundou propostas voltadas à redução do custo do crédito, à modernização financeira e à ampliação da competitividade econômica, reunindo representantes do governo federal, do Banco Central, do sistema financeiro, do setor produtivo e da sociedade civil.

O GT também teve papel relevante na elaboração e disseminação do "Guia da Duplicata Escritural", iniciativa voltada à modernização do sistema de crédito brasileiro e à ampliação do acesso das empresas ao financiamento.



Foto: Registro da 5ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em 05/08/2025. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palaciodoplanalto/54702002283/in/album-72177720328173967>.

GT Anteprojeto de Lei Geral de Direito Internacional Privado

Instituído pela Portaria nº 1/2024, o grupo teve como objetivo elaborar subsídios para a construção da nova Lei Geral de Direito Internacional Privado.

O texto final do anteprojeto foi aprovado em reunião presencial do grupo em 15 de outubro de 2025, representando importante avanço na modernização do marco jurídico brasileiro relativo às relações privadas internacionais.

Em 2025, os Grupos de Trabalho assumiram caráter mais focalizado e estratégico, refletindo o estágio de maturidade institucional do CDESS e a concentração de esforços em temas específicos de maior complexidade.

3. O Novo Conselho da República



Foto: Registro da 5ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em 05/08/2025. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palaciодоplanalto/54702010500/in/album-72177720328173967>.

Diferentemente dos anos anteriores, observa-se a constituição de grupos com escopo mais delimitado e orientados à produção de subsídios técnicos e normativos, contribuindo diretamente para o aprimoramento de políticas públicas e marcos regulatórios, conforme sintetizado na Tabela 7, a seguir.

TABELA 7 – GRUPOS DE TRABALHO DO CDESS 2025

GRUPO DE TRABALHO	TEMA CENTRAL	PRINCIPAIS EIXOS DE ATUAÇÃO	PRINCIPAIS ENTREGAS / CONTRIBUIÇÕES
Spread Bancário	Custo do crédito no Brasil	Estrutura do sistema financeiro, composição do spread bancário, acesso ao crédito	Análise dos determinantes do spread bancário; formulação de propostas para redução do custo do crédito; subsídios técnicos para políticas de ampliação do acesso ao crédito e aumento da eficiência do sistema financeiro
Anteprojeto de Lei Geral de Direito Internacional Privado	Marco legal das relações privadas internacionais	Harmonização normativa, segurança jurídica, integração internacional	Elaboração de subsídios ao anteprojeto da Lei Geral de Direito Internacional Privado; sistematização de princípios e diretrizes para modernização da legislação; contribuição para o fortalecimento da segurança jurídica nas relações transnacionais

IV. EVENTOS, INICIATIVAS ESPECIAIS E ENTREGAS

» Encontro da Comunidade Científica e Tecnológica da Amazônia com a Presidência da COP 30

Realizado em 19 de agosto de 2025, como parte da agenda preparatória da COP 30, o encontro foi fruto de uma parceria entre o Conselho e universidades, instituições de ciência e tecnologia (ICTs) e institutos federais da Amazônia Legal..



Fotos: registros do Encontro da Comunidade Científica e Tecnológica da Amazônia, realizado em 19/08/2025. Disponíveis em: https://www.flickr.com/photos/ufpa_oficial/54736955457/in/album-72177720328472221 e https://www.flickr.com/photos/ufpa_oficial/54738008868/in/album-72177720328472221/

3. O Novo Conselho da República

O evento teve o objetivo de reunir representantes da comunidade científica, governos, setor privado, sociedade civil e povos tradicionais da Amazônia para debater e apresentar soluções tecnológicas, sociais e ambientais que contribuam diretamente para a Agenda de Ação do Brasil na COP30, reforçando o papel da Amazônia como celeiro de inovação e sustentabilidade global.

» Protocolo de Intenções - Arco da Dignidade da População Negra

Em agosto de 2025, durante a 5ª Plenária do CDESS, foi firmado o Protocolo de Intenções "Arco da Dignidade da População Negra" entre o CDESS, o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), o Ministério da Igualdade Racial (MIR), o Ministério da Cultura (MinC) e o Instituto de Referência Negra Peregum.

A iniciativa articula um conjunto de ações voltadas à promoção do desenvolvimento social e econômico da população negra, com foco na atenção às infâncias, no enfrentamento da violência contra a juventude negra e na proteção social ao longo do ciclo de vida.



Foto: Registro da 5ª Plenária do CDESS, realizada em 05/08/2025. Disponível em https://www.flickr.com/photos/sri_oficial/54702832935/in/album-72177720328177276.

» Participação do CDESS na COP 30

Durante a realização da COP30, entre 10 e 22 de novembro de 2025, o CDESS coordenou iniciativas voltadas à valorização da ciência amazônica, ao financiamento climático e à promoção de soluções sustentáveis¹⁷.

O Conselho atuou especialmente em três frentes:

- Lançamento das versões digitais em português e inglês do livro Contribuições da Comunidade Científica e tecnológicas da Amazônia;
- Portfólio de Investimentos Verdes;
- Lançamento das versões digitais em português e inglês da Agenda Positiva do Agro.

A participação de mais de 40 conselheiros em atividades nas zonas Azul e Verde fortaleceu a presença da sociedade civil brasileira no debate climático internacional e consolidou o protagonismo da Amazônia nas discussões globais.



Foto: Registro do lançamento da "Agenda Positiva do Agro 2025", realizado na Agrizone da COP 30.

3. O Novo Conselho da República

» Entrega do Anteprojeto da Nova Lei Geral de Direito Internacional Privado

O CDESS articulou, ao longo do ano, a elaboração do anteprojeto da nova Lei Geral de Direito Internacional Privado, em parceria com o Superior Tribunal de Justiça, o Ministério da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores, a Advocacia-Geral da União e especialistas da área.

O texto modernizou aspectos relacionados à jurisdição internacional, aos contratos internacionais, à cooperação jurídica e à proteção de grupos vulneráveis em relações transnacionais.



Foto: Registro da 6ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em 04/12/2025. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palacioplanoalto/54963552283/in/album-72177720330736829>.

» Guia de Duplicata Escritural

Resultado das discussões do GT Spread Bancário, o Guia de Duplicata Escritural¹⁸ foi publicado com o objetivo de disseminar informações sobre a modernização do sistema de crédito brasileiro, contribuindo para ampliar o acesso ao financiamento e fortalecer a segurança jurídica.



Foto: Registro da 6ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em 04/12/2025. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palacioplanoalto/54962530722/in/album-72177720330736829>.

» Portfólio de Investimentos Estratégicos para a Transformação Ecológica

O portfólio constitui plataforma¹⁹ inédita que mapeia projetos públicos e privados em setores como energia limpa, mobilidade elétrica, bioeconomia e soluções baseadas na natureza.

Até agosto de 2025, foram identificados investimentos superiores a R\$ 473 bilhões, distribuídos em mais de 2.540 projetos em 832 municípios brasileiros. A plataforma foi lançada durante a COP30.



Foto: Registro da 5ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em 05/08/2025. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palaciодоplanalto/54702002293/in/album-72177720328173967>.

» Publicação da Agenda Positiva do Agro

O Caderno Agenda Positiva do Agro reuniu iniciativas sustentáveis conduzidas pelo Conselho, com o propósito de destacar o papel do Brasil como referência global em soluções climáticas para o setor agropecuário. A versão digital do livro foi apresentada na COP30.



Foto: Registro da 6ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em 04/12/2025. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palaciодоplanalto/54962484407/in/album-72177720330736829>.

» Seminário “Construção de Critérios Orientadores para o Financiamento da Inovação na Agricultura Familiar”

Realizado nos dias 29 e 30 de abril de 2025, o seminário reuniu representantes do governo, movimentos sociais, academia e setor produtivo, com o objetivo de construir consensos sobre a estruturação de um novo sistema de financiamento para pesquisa e inovação voltado à agricultura familiar.

Como principal resultado, foi elaborada declaração final contendo diretrizes e propostas para reorganizar o financiamento no setor, com base em princípios de agroecologia, sustentabilidade e segurança alimentar, além da valorização dos saberes tradicionais e do protagonismo dos agricultores como agentes centrais da inovação.

O encontro também indicou medidas para o aperfeiçoamento do financiamento público, incluindo ampliação de recursos não reembolsáveis, inclusão de cooperativas e associações como beneficiárias diretas e redução de barreiras burocráticas, contribuindo para a construção de uma política integrada de inovação e desenvolvimento territorial voltada à agricultura familiar.

» Publicação do livro – Encontro da Comunidade Científico-Tecnológica da Amazônia

O livro “Contribuições da Comunidade Científica da Amazônia para a Implementação da NDC Brasileira (2025–2035)” nasceu a partir do Encontro da Comunidade Científica e Tecnológica da Amazônia com a Presidência da COP30, realizado em Manaus, em agosto de 2025. Resultado de um amplo processo de escuta e diálogo com mais de 70 instituições de ensino, pesquisa, inovação e comunidades tradicionais, o livro reúne contribuições que compõem uma agenda de ação integrada para a Amazônia, alinhada à Agenda de Ação da COP30 e aos compromissos climáticos do Brasil.

À partir da articulação entre a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Fundação de Amparo a pesquisa (FADESP) e a Universidade federal do Pará (UFPA) a CMADS conduzida pelo CDESS imprimiu 500 unidades de livros em inglês e 1000 em português com as Contribuições da Comunidade Científica da Amazônia. Bem como, 500 unidades da Agenda Positiva do Agro em português e 500 unidades em inglês no segundo semestre de 2026.



Foto: Registro da 6ª plenária do Conselho, realizada em 04/12/2025. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palacioplanalto/54963554033/in/album-72177720330736829>.

» Publicação do “Glossário às Avestas — Desvendando Conceitos e Desconstruindo Padrões”

Em junho de 2025, a publicação²⁰ foi lançada no âmbito da Comissão de Combate às Desigualdades, como iniciativa voltada à educação antirracista e democratização do conhecimento. O material problematizou expressões racistas naturalizadas na linguagem cotidiana e fortaleceu o diálogo entre academia, movimentos sociais, políticas públicas e promoção da igualdade racial.

Como exemplo da disseminação, em novembro de 2025, a Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da Advocacia-Geral da União (AGU), publicou a Portaria Normativa nº 88, que orienta integrantes unidade a evitarem o uso de linguagem racista em documentos e pronunciamentos oficiais.



Foto: Registro da 5ª Reunião Plenária do Conselho, realizada em 05/08/2025. Disponível em https://www.flickr.com/photos/sri_oficial/54701670862/in/album-72177720328177276.

» Os Pilares de um Projeto de Nação

Durante o segundo semestre de 2025, o CDESS assumiu como principal missão a construção dos “Pilares de um Projeto de Nação²¹”, que contém recomendações de ações prioritárias para os próximos cinco anos, servindo como referência prática para orientar decisões, políticas públicas e investimentos estratégicos do próximo governo.

A elaboração dos Pilares foi conduzida por um processo participativo e técnico, marcado pela escuta qualificada de diferentes vozes da sociedade brasileira com representação no CDESS, e considerando as experiências e construções vivenciadas desde sua recriação. A partir das contribuições das conselheiras e dos conselheiros, foram identificados os grandes desafios estruturais do país, bem como ações e direções necessárias para enfrentá-los, em diálogo permanente com as especificidades de cada Comissão Temática e em alinhamento à visão de futuro que Conselheiras e Conselheiros almejam que o Brasil alcance até 2035.

3. O Novo Conselho da República

Os pilares surgem, portanto, como respostas a demandas reais. Cada um deles é fruto da escuta, concertação e construção coletiva. Possuem caráter transversal e perpassam todas as Comissões Temáticas do Conselho, para que sejam visualizados e discutidos de acordo com a especialidade e competência temática de cada uma delas. São eles:

» **Educação Equitativa e Fortalecimento Da Cultura**

Reflete o compromisso do CDESS com o fortalecimento da educação pública, gratuita, inclusiva e emancipatória, bem como com a valorização da diversidade cultural brasileira.

» **Trabalho Digno e Sistema de Proteção Social Universal e Equitativo**

Traduz o compromisso do CDESS com a ampliação do trabalho digno, com proteção social e igualdade de oportunidades.

» **Segurança Alimentar e Nutricional**

Reforça o compromisso do CDESS com o combate à fome e a construção de sistemas alimentares sustentáveis, inclusivos e soberanos.

» **Saúde e Desenvolvimento Social**

Propõe a ampliação do acesso universal à saúde e o fortalecimento das políticas de desenvolvimento social, com foco na equidade territorial e na dignidade humana.

» **Ciência e Tecnologia Soberanas e Equitativas**

Estimula a produção nacional de conhecimento, a inovação e a inclusão digital, por meio da soberania científica e tecnológica do país.

» **Segurança Pública Cidadã**

Busca consolidar um modelo de segurança pública cidadã, baseado na prevenção, na redução da violência e na promoção dos direitos humanos.

» **Desenvolvimento Territorial Sustentável e Justo**

Expressa a necessidade de equilibrar o crescimento econômico com a justiça territorial e a sustentabilidade social e ambiental.

» **Cidades Sustentáveis**

Busca promover a ampliação dos investimentos em infraestrutura social e urbana, garantindo acesso a moradia, saneamento, mobilidade e serviços públicos de qualidade.

» **Transição Ecológica Justa**

Propõe um modelo de desenvolvimento que combine justiça social e sustentabilidade ambiental, promovendo a bioeconomia, a descarbonização e a adaptação climática.

» **Estratégia de Desenvolvimento Produtivo Digital, Verde e Justo**

Expressa a necessidade de reposicionar o Brasil como potência produtiva e tecnológica, integrando sustentabilidade, inovação e inclusão social.

» **Política Macroeconômica e Orçamento Público Favorável ao Crescimento Justo**

Propõe uma reorientação das políticas macroeconômicas e fiscais para promover justiça social e desenvolvimento sustentável.

» **Justiça Tributária, Investimento Público e Social**

Tem por objetivo fortalecer o sistema tributário e fiscal brasileiro, promovendo progressividade, equidade e eficiência na arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

» **Defesa da Soberania e Fortalecimento do Estado Democrático de Direito**

Expressa a necessidade de fortalecer o compromisso com a consolidação da democracia, da justiça e da segurança institucional.



Foto: Registro da 6ª plenária, realizada em 04/12/2025: Entrega do caderno dos Pilares de um Projeto de Nação. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/palacioplanoalto/54962590957/in/album-7217720330736829>

Mais do que um documento de recomendações, os Pilares consolidaram uma experiência inédita de planejamento participativo orientado por visão de futuro. A iniciativa fortaleceu o papel do CDESS como espaço de pactuação nacional e construção de consensos estratégicos para o desenvolvimento do país.

Em 2025, os eventos e iniciativas especiais do CDESS ganharam maior densidade estratégica, refletindo o estágio de maturidade institucional do Conselho e sua atuação em agendas estruturantes de alcance nacional e internacional.

Nesse período, destacam-se iniciativas voltadas à formulação de diretrizes, à articulação de atores e à projeção do Brasil em temas como desenvolvimento sustentável, transição ecológica e futuro do trabalho, conforme sintetizado na Tabela 8, a seguir.

3. O Novo Conselho da República

TABELA 8 – EVENTOS E INICIATIVAS ESPECIAIS DO CDESS 2025

EVENTO / INICIATIVA	TIPO	TEMA CENTRAL	OBJETIVO	PRINCIPAIS RESULTADOS / CONTRIBUIÇÕES
Atuação na COP30	Evento internacional	Mudança do clima e transição ecológica	Contribuir para a agenda climática brasileira e para o debate internacional	Coordenação de painéis e atividades; apresentação de propostas e portfólio de investimentos; articulação com delegações estrangeiras
Elaboração e apresentação do Portfólio de Investimentos para a Transformação Ecológica	Iniciativa estratégica	Financiamento climático e desenvolvimento sustentável	Estruturar projetos e investimentos para a transição ecológica	Consolidação de carteira de investimentos; subsídios para políticas públicas e cooperação internacional
Publicação dos "Pilares de um Projeto de Nação"	Iniciativa estratégica	Projeto de desenvolvimento nacional	Sistematizar diretrizes de longo prazo para o país	Síntese das contribuições do CDESS; orientação estratégica para políticas públicas e debate nacional
Lançamento da Agenda Positiva do Agro	Iniciativa estratégica	Agricultura sustentável e imagem internacional	Apresentar a execução de modelos da agricultura seguindo padrões sustentáveis e fortalecer a imagem internacional por meio das realidades brasileiras	Apresentar para o setor agropecuário que atuar de forma sustentável é possível através das iniciativas demonstradas. Internacionalmente reforçar a imagem de um país que tem realizações sustentáveis no agro brasileiro.
Seminário Financiamento da Inovação na Agricultura Familiar	Evento	Inovação e financiamento na agricultura familiar	Construir diretrizes para novo modelo de financiamento	Declaração final com propostas de financiamento sustentável, fortalecimento da agroecologia e inclusão de agricultores como agentes da inovação
Publicação do livro Contribuições da Comunidade Científica e Tecnológicas da Amazônia	Iniciativa estratégica	Ciência, agricultura familiar, transição energética, bioeconomia e Amazonia, entre outros	Apresentar o conhecimento científico produzido na Amazônia para embasar a formulação de políticas públicas para a região.	Livro no formato digital e impresso, em português e inglês lançado na COP 30 e entregues ao Embaixador Corrêa do Lago. Inseridas como contribuições para a elaboração dos Mapas do Caminho.
Participação em redes e fóruns internacionais (AICESIS, RICESIS, Brasil-UE)	Iniciativa internacional	Cooperação internacional e governança participativa	Ampliar a inserção internacional do CDESS	Fortalecimento da diplomacia participativa; intercâmbio de boas práticas; projeção internacional do Conselho
Mesa Redonda Brasil-União Europeia	Evento internacional	Transformação digital, clima e governança	Promover diálogo bilateral entre sociedade civil e governos	Produção de declarações conjuntas; subsídios a políticas públicas em áreas estratégicas

3.4. ANO 2026

O ano de 2026 representa a consolidação da maturidade institucional do Conselho, marcado pela transição de um ciclo predominantemente analítico e propositivo para uma etapa orientada à implementação, monitoramento e articulação operacional das agendas estratégicas construídas nos anos anteriores.

Nesse período, o CDESS intensificou sua atuação na viabilização prática dos "Pilares de um Projeto de Nação", fortalecendo sua capacidade de incidência sobre políticas públicas e aprofundando o diálogo entre governo e sociedade em torno de soluções integradas para os desafios econômicos, sociais, ambientais e tecnológicos do país. Com foco crescente na efetividade das ações, o CDESS passou a atuar de forma mais estratégica na identificação de gargalos, na integração de iniciativas e na mobilização de atores institucionais e territoriais, reafirmando seu papel como espaço de concertação e construção coletiva de um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e orientado para o futuro.

I. TEMAS RELEVANTES E RECOMENDAÇÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

Em 2026, a Comissão de Assuntos Econômicos concentrou sua atuação em agendas estruturantes relacionadas à justiça econômica, à melhoria das condições de trabalho, à sustentabilidade produtiva e à modernização dos instrumentos de formulação e avaliação de políticas públicas. As discussões estiveram alinhadas aos Pilares de um Projeto de Nação, com ênfase na articulação entre crescimento econômico, equidade social e responsabilidade ambiental.

Entre os principais temas abordados, destacaram-se a negociação para o fim da escala de trabalho 6x1, a construção de propostas para ampliação do financiamento do transporte público, incluindo a viabilidade de tarifa zero, a formulação de um índice complementar ao PIB voltado à mensuração da prosperidade e o fortalecimento de estratégias de transição energética.

Também tiveram relevância as discussões sobre justiça fiscal e orçamentária, com foco na construção de um orçamento público orientado ao crescimento inclusivo, bem como a consolidação de um portfólio de investimentos sustentáveis voltado ao financiamento de projetos com impacto social e ambiental positivo.

A partir dessas agendas, a comissão avançou na formulação de recomendações voltadas:

- à promoção de condições mais equilibradas de trabalho, com redução da jornada e mitigação de impactos setoriais;
- ao fortalecimento de instrumentos de financiamento para mobilidade urbana sustentável;
- ao desenvolvimento de novos indicadores econômicos que incorporem dimensões sociais e ambientais; e
- à promoção da transição energética e da descarbonização da economia;
- e à ampliação de investimentos sustentáveis como motor do desenvolvimento econômico.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS)

No ano de 2026, a Comissão de Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) concentrou sua atuação na transição do debate estratégico para a fase operacional dos "Pilares de um Projeto de Nação", com foco na viabilidade, integração e implementação das ações prioritizadas.

Entre os principais temas relevantes debatidos ao longo do ano, destacam-se:

- Desmatamento zero, definido como prioridade estratégica e estruturante para a agenda climática brasileira;
- Transição ecológica justa, com ênfase na descarbonização produtiva, na transição energética e na geração de empregos verdes;
- Sociobioeconomia e economia circular, como bases para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e territorializado;
- Segurança alimentar e nutricional, integrada à agroecologia, à agricultura familiar e às cadeias sustentáveis;
- Adaptação climática e infraestrutura sustentável, com destaque para saneamento, gestão hídrica e resiliência territorial;
- Restauração de áreas degradadas e proteção dos biomas, associadas à mitigação das mudanças climáticas;
- Valorização dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, como protagonistas da transição ecológica; e
- Integração entre ciência, tecnologia e saberes tradicionais, como base para inovação sustentável e governança ambiental.

A partir desses debates, a CMADS estruturou um conjunto de recomendações centrais, orientadas à superação de gargalos institucionais e ao fortalecimento das políticas públicas:

- Fortalecer a integração, governança e financiamento das políticas ambientais, com maior coordenação interministerial e interinstitucional;
- Priorizar políticas estruturadas para o combate ao desmatamento e monitoramento territorial, articuladas à restauração ambiental;
- Ampliar investimentos em infraestrutura verde e adaptação climática, especialmente em territórios vulneráveis;
- Desenvolver estratégias para fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, com geração de renda e inclusão produtiva;
- Promover a industrialização sustentável e a inovação tecnológica de baixo carbono, alinhadas à bioeconomia;
- Expandir políticas de segurança alimentar, com integração entre produção, abastecimento, renda e saneamento;

- Fortalecer mecanismos de rastreabilidade, transparência e governança socioambiental, evitando práticas como o greenwashing; e
- Garantir a participação social e territorial na formulação e implementação das políticas de transição ecológica.

De maneira transversal, a comissão também contribuiu para a incorporação dessas agendas nos diferentes Pilares, reforçando a necessidade de tratar sustentabilidade, justiça social e desenvolvimento econômico como dimensões indissociáveis.

COMISSÃO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES (CCD)

Em 2026, a Comissão de Combate às Desigualdades aprofundou sua atuação a partir de uma abordagem interseccional, estruturada nos eixos de raça, gênero, território e transição demográfica, orientando suas contribuições à formulação e à implementação de políticas públicas voltadas à promoção da cidadania plena e à redução das desigualdades estruturais no país.

Os debates da comissão concentraram-se em temas como o desenvolvimento econômico de periferias urbanas, a ampliação do acesso a crédito para populações vulneráveis, a promoção da inclusão produtiva e o enfrentamento das desigualdades no acesso a direitos fundamentais. Também tiveram destaque as discussões sobre os impactos da transição demográfica, especialmente sobre populações em situação de maior vulnerabilidade social, e a necessidade de fortalecimento de políticas de cuidado e proteção social.

A comissão destacou ainda a centralidade da interseccionalidade como princípio orientador das políticas públicas, evidenciando como desigualdades de raça, gênero e território condicionam o acesso a oportunidades e serviços, e reforçou a necessidade de políticas estruturantes que incorporem essas dimensões de forma integrada.

A partir dessas discussões, foram formuladas recomendações voltadas:

- à promoção do desenvolvimento econômico em territórios periféricos, com ampliação do acesso a crédito, serviços e oportunidades produtivas;
- ao fortalecimento de políticas públicas interseccionais, com atenção específica a mulheres, população negra, povos indígenas e outros grupos em situação de vulnerabilidade;
- à estruturação de políticas de cuidado e de enfrentamento à transição demográfica, especialmente para populações sem proteção social;
- à ampliação de instrumentos de monitoramento e produção de dados, com recorte racial e territorial; e
- ao fortalecimento de políticas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero como eixo estruturante do combate às desigualdades.



Foto: Registro da 5ª Reunião Plenária do CDESS. Disponível em https://www.flickr.com/photos/sri_oficial/54702704378/in/album-72177720328177276

COMISSÃO DE DIREITOS E DEMOCRACIA (CDD)

Em 2026, a Comissão de Direitos e Democracia consolidou sua atuação em torno do fortalecimento das instituições democráticas, da proteção de direitos fundamentais e da construção de políticas públicas voltadas à cidadania plena. A agenda da comissão articulou-se principalmente em torno de três eixos: segurança pública cidadã, defesa da democracia e integridade da informação, e efetividade de direitos.

As discussões destacaram a necessidade de avançar na regulação do ambiente digital, com ênfase no enfrentamento à desinformação, na governança da inteligência artificial e no fortalecimento da soberania informacional. Nesse contexto, a comissão contribuiu para a formulação de propostas voltadas à construção de uma política nacional de integridade da informação e ao desenvolvimento de marcos regulatórios adequados às novas tecnologias.

Na área de direitos humanos, foram analisadas políticas destinadas a grupos historicamente vulnerabilizados, como pessoas com deficiência e população LGBTQIA+, com reconhecimento de avanços institucionais, mas também de desafios relacionados à implementação territorial, ao financiamento e à efetividade das ações.

No campo da segurança pública, a comissão aprofundou o debate sobre o enfrentamento ao feminicídio, a redução da violência e o fortalecimento de um modelo de segurança pública cidadã, baseado na integração entre políticas sociais, prevenção e governança federativa.

A partir dessas discussões, foram formuladas recomendações voltadas:

- ao fortalecimento de políticas de integridade da informação e regulação da inteligência artificial;
- à ampliação da efetividade das políticas de direitos humanos, com foco em inclusão e proteção social;
- ao aprimoramento da segurança pública, com integração entre prevenção, investigação e políticas sociais;
- à construção de estratégias de enfrentamento a crimes de ódio e discriminação;
- e ao fortalecimento da governança democrática e da participação social.



Foto: registro da 6ª plenária do Conselho, realizada em 04/12/2025. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/palaciadoplanalto/54963660059/in/album-72177720330736829>

COMISSÃO DE TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (CTITD)

Em 2026, a Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital orientou sua atuação para a implementação das agendas estratégicas construídas no âmbito dos Pilares de um Projeto de Nação, consolidando a transformação digital como eixo estruturante do desenvolvimento econômico, social e institucional do país.

As discussões concentraram-se em temas como economia de dados, inteligência artificial, soberania digital, qualificação para o trabalho e governança do ambiente digital, com ênfase na articulação entre políticas públicas, setor produtivo e instituições de pesquisa. Destacaram-se iniciativas relacionadas ao Plano Nacional de Economia de Dados (PNED), à Estratégia Digital do Brasil 2026–2031 (E-Digital) e à implementação do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA).

A comissão também priorizou a agenda de inclusão e capacitação digital, com destaque para a ampliação da Escola do Trabalhador 4.0 e para ações de letramento digital, reforçando a relação entre transformação tecnológica, inclusão produtiva e redução das desigualdades.

No campo regulatório, avançaram as discussões sobre governança digital e regulação de tecnologias emergentes, incluindo inteligência artificial, plataformas digitais e proteção de direitos no ambiente online, bem como o enfrentamento de desafios como a violência digital de gênero.

A partir dessas agendas, a comissão formulou recomendações voltadas:

- ao desenvolvimento de infraestrutura nacional de dados e fortalecimento da economia de dados;
- à promoção da soberania digital e da governança democrática das tecnologias;
- à ampliação da qualificação digital e da inclusão produtiva;
- ao fortalecimento da política nacional de inteligência artificial; e
- à construção de marcos regulatórios para tecnologias emergentes, com foco em inovação, segurança e direitos.

II. GRUPOS DE TRABALHO (GT)

GT Spread bancário

Em 2026, o Grupo de Trabalho do Spread Bancário deu continuidade à sua atuação como espaço estratégico de articulação voltado ao aprimoramento do mercado de crédito, com foco na redução do custo do crédito, ampliação da competitividade e fortalecimento da inclusão financeira. No primeiro semestre, o GT manteve a agenda estruturada em eixos temáticos que abrangem inadimplência, prevenção a fraudes, instrumentos inovadores de crédito, acesso a dados e ambiente regulatório, consolidando sua abordagem sistêmica sobre os determinantes do spread bancário.

As discussões incorporaram de forma mais expressiva o tema do endividamento das famílias, especialmente diante do aumento da inadimplência em segmentos de menor renda, bem como avançaram na articulação de propostas relacionadas à prevenção de fraudes, ao fortalecimento de instrumentos de crédito — como duplicatas escriturais e garantias — e à ampliação do acesso a dados no âmbito do open finance.

Ao longo do período, o GT também manteve o acompanhamento de iniciativas legislativas e regulatórias relevantes, reforçando seu papel como espaço de coordenação entre governo, setor financeiro e sociedade civil. Dessa forma, contribuiu para a construção de soluções voltadas à melhoria do ambiente de crédito e ao fortalecimento do financiamento à atividade econômica.

GT Combate ao Antissemitismo

Grupo de Trabalho, coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e pela Secretaria de Relações Institucionais/Conselhão.

O GT surgiu como resposta ao crescimento preocupante do antissemitismo no Brasil e no ambiente digital, reconhecendo-o como ameaça direta à democracia, e busca qualificar o debate, aprimorar a recepção e investigação de denúncias, promover a preservação da memória, ampliar a disseminação de informações e fortalecer a formação de professores e servidores públicos.

O Grupo de Trabalho foi estruturado em 4 eixos: i) Educação; ii) Cultura; iii) Segurança e iv) Internacional.



Foto: Registro da reunião inicial do GT de Enfrentamento ao Antissemitismo, realizada em 28/01/2026.

No âmbito do GT foi realizado, em 16 de abril, o Seminário Internacional: Enfrentamento ao Antissemitismo: reflexões sobre o cenário internacional.

III. EVENTOS, INICIATIVAS ESPECIAIS E ENTREGAS

Em 2026, os eventos e iniciativas especiais do CDESS estiveram diretamente associados à implementação dos Pilares de um Projeto de Nação, com forte articulação entre diferentes áreas de políticas públicas e maior integração entre Estado e sociedade.

» 10ª Mesa Redonda com o Comitê Econômico e Social Europeu (CESE)

Realizada entre os dias 23 e 27 de fevereiro, com a presença de 12 Conselheiros(as) que representam os grupos do trabalho, dos empregadores e do terceiro setor, e com a participação especial da representante da Diretoria-Executiva de Inovação, Negócios e Transferência de Tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em Bruxelas.



Foto: Registro da 10ª Mesa Redonda com o Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), realizada em Bruxelas, em entre os dias 23 e 27/02/2026.



Foto: Registro da 10ª Mesa Redonda com o Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), realizada em Bruxelas, em entre os dias 23 e 27/02/2026.

Ao final do evento, foi assinada a Declaração Conjunta com o objetivo principal de acelerar a implementação do Acordo Mercosul-União Europeia, além de fortalecer entendimentos e traçar encaminhamentos sobre temas como (i) defesa da democracia, dos direitos humanos e do letramento digital, (ii) mercado de trabalho frente às inovações tecnológicas e IA e (iii) sustentabilidade e ação climática pós-COP30.

» Seminário “Brasil pela Vida das Meninas e Mulheres”

Realizado em 4 de março de 2026, no marco do Pacto Brasil entre os Três Poderes para Enfrentamento do Femicídio. O seminário reafirmou o enfrentamento ao feminicídio como prioridade nacional e compromisso de Estado, promovendo o diálogo entre governo, instituições públicas e sociedade civil. Os objetivos do Seminário foram:

- Reafirmar o enfrentamento ao feminicídio como prioridade nacional e agenda de Estado;
- Chamar à responsabilidade a sociedade, em especial os homens, para que se comprometam com a desconstrução do modelo patriarcal que resulta no feminicídio;
- Fortalecer políticas públicas de prevenção, proteção, responsabilização e mudança cultural; e
- Contribuir com o Pacto Brasil de Enfrentamento ao Femicídio entre os Três Poderes do Estado Brasileiro.

Além da participação de representantes do poder público, a programação reuniu especialistas e integrantes da sociedade civil engajados na construção de estratégias integradas para enfrentar a violência contra meninas e mulheres no país.



Foto: Registro do Seminário “Brasil pela vida das Meninas e Mulheres”, realizado em 04/03/2026. Disponível em https://www.flickr.com/photos/sri_oficial/55129286969/in/album-7217720332348331.



Foto: Registro do Seminário "Brasil pela vida das Meninas e Mulheres", realizado em 04/03/2026. Disponível em https://www.flickr.com/photos/sri_oficial/55129454438/in/album-72177720332350532.

>> Campanha "ligue 180" - parceria com aplicativos de transporte e mobilidade

Em resposta ao chamado feito pelo Presidente na última plenária de 2025, a Secretaria-Executiva do Conselho iniciou em 2026 com uma forte articulação junto ao Ministério das Mulheres e à coordenação do Ligue 180. A partir da identificação da capacidade de ampliação dos atendimentos do canal, foi construída uma estratégia de comunicação em parceria com a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência, mobilizando plataformas como Uber, 99, iFood e Lalamove, por meio da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec). A iniciativa resultou em um Acordo de Cooperação Técnica para divulgação da campanha "Ligue 180" e do Pacto Brasil entre os Três Poderes para Enfrentamento do Femicídio durante o mês de março de 2026.

A ação apresentou resultados expressivos em comparação a março de 2025, com aumento de 113,44% nos atendimentos via WhatsApp, crescimento de 20,14% nas ligações atendidas e elevação de 24,59% no número de denúncias registradas, demonstrando a efetividade da campanha e seu potencial para subsidiar futuras políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

>> Manual Mulheres Protegidas

O manual nasceu a partir de uma série de diálogos das Conselheiras do Grupo de Trabalho Potências Negras com empresários da tecnologia e Conselheiros ligados ao ecossistema, que apresentaram um problema que bloqueia o desenvolvimento da produção e inovação tecnológica no Brasil: a falta de pessoas qualificadas para todos os postos de trabalho.

Nesse sentido, após avaliações de espaços em que a tecnologia mudou o território e trouxe progresso, o manual foi elaborado com vistas a derrotar a violência de gênero e o feminicídio, bem como impulsionar a formação de jovens na periferia da cidade por meio de cursos, formações e fomento para permanência.

» Glossário às Avestas – Selo UNICEF

Parceria estabelecida entre o Conselho e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a partir se estabelece a adoção do Glossário às Avestas como critério para obtenção do Selo UNICEF, contribuindo com a disseminação do Glossário junto a gestores públicos municipais e atores locais envolvidos na implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes.

A parceria se insere em um esforço mais amplo de fortalecimento das políticas públicas orientadas à equidade, com especial atenção à redução das desigualdades étnico-raciais desde a primeira infância. Trata-se de uma iniciativa construída a partir da articulação entre atores da sociedade civil, organismos internacionais e instâncias de participação social, com o objetivo de potencializar o uso de plataformas já existentes de mobilização e formação de gestores públicos.

» Digitalização do Glossário às Avestas

Neste semestre o processo de digitalização foi iniciado para alcançar mais pessoas. O Instituto Nós por Elas, em parceria com o Tiktok, fez uma seleção inicial de vinte palavras do Glossário às Avestas, para impulsionar e alcançar ao menos um milhão de pessoas, com intenção declarada de apresentar o quanto as palavras podem provocar dor, vergonha e exclusão. As pessoas selecionadas para a gravação dos vídeos são conselheiras, influenciadoras e personalidades.



3. O Novo Conselho da República

» Mapa do Caminho Global

Na agenda climática, Conselheiros e Conselheiras com atuação especializada no tema encaminharam contribuições para a elaboração do Mapa do Caminho Global. As colaborações foram posteriormente consolidadas em um documento de recomendações e entregue à Presidência da COP30.

O material estrutura-se em duas frentes prioritárias: i) a promoção de uma transição justa, ordenada e equitativa para o afastamento dos combustíveis fósseis; e ii) o fim e a reversão do desmatamento e da degradação florestal até 2030.

O documento reforça a importância da cooperação multilateral, da participação social e da articulação entre desenvolvimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental como pilares centrais para a implementação dos compromissos climáticos globais.

» Lançamento da Plataforma EmpregaCoop

O CDESS articulou parceria entre a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), o Ministério da Educação (MEC) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para o desenvolvimento de uma plataforma digital para divulgar vagas no sistema cooperativista, voltado à capacitação suplementar e empregabilidade para os egressos do ensino superior e tecnológico da Amazônia, com possibilidade de expansão para outros segmentos econômicos e regiões.

Além da intermediação de empregos, oferece cursos de qualificação e a construção do “Emprega Card”, um currículo inteligente que amplia o acesso às oportunidades de trabalho. A iniciativa é uma ação estratégica voltada à fixação de profissionais qualificados na Amazônia, problema amplamente identificado nos diagnósticos regionais (como a saída de jovens formados e a baixa oferta de oportunidades locais). A iniciativa, busca conectar oferta e demanda de trabalho no sistema cooperativista, promovendo também capacitação complementar. Dessa forma, ela contribui diretamente para enfrentar desigualdades regionais, fortalecer economias locais e valorizar o capital humano formado nas universidades e institutos federais da região.

» Editais de estímulo à Pesquisa e Extensão

Resultado das contribuições do GT Amazônia para os editais de estímulo à Pesquisa e Extensão.

O Programa Redes de Engajamento para o Desenvolvimento e Sustentabilidade (REDES), desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tem como finalidade fortalecer redes colaborativas de pesquisa, inovação, extensão e desenvolvimento territorial voltadas aos Arranjos Territorializados do Conhecimento Local (ATCL).

O edital REDES tem o objetivo de fortalecer a ciência, tecnologia, inovação e o desenvolvimento territorial no Brasil, promovendo a articulação entre universidades, ICTs, comunidades, setores produtivos e gestores públicos. Por meio dos ATCL, o programa contribui para a redução das desigualdades regionais, a valorização dos territórios e a construção de soluções sustentáveis, integrando conhecimento

científico, saberes tradicionais e políticas públicas estratégicas. O CDESS fez parte do processo de construção dos eixos e das propostas estruturantes que dão base ao REDES.

O Programa de Apoio à Fixação de Doutores no Brasil / Conhecimento Brasil – PROFIX-CB, uma iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e CAPES.

O PROFIXa tem como finalidade fortalecer a permanência e a atuação de pesquisadores doutores no país, buscando reduzir as desigualdades regionais no âmbito do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), com prioridade para a Amazônia Legal. O programa visa criar condições favoráveis para que doutores desenvolvam e deem continuidade às suas pesquisas em grupos e redes de excelência científica, além de contribuir para sua retenção em Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e em empresas que possuam centros de pesquisa e desenvolvimento voltados para áreas estratégicas e de vanguarda científico-tecnológica. Também busca promover ações integradas entre o CNPq, as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e a CAPES, estimulando a descentralização e a flexibilização dos recursos destinados ao fortalecimento e à expansão dos grupos de pesquisa nas diferentes Unidades Federativas do Brasil.

Como resultado das contribuições do GT Amazônia para os editais de estímulo à Pesquisa e Extensão, foram destinados R\$ 114 milhões para o Edital REDES e R\$ 624 milhões para o Edital Conhecimento Brasil de Apoio e Fixação de Doutores no Brasil – PROFIX.

» Seminário Internacional: Enfrentamento ao Antissemitismo: reflexões sobre o cenário internacional"

Ocorrido em 16 de abril de 2026, no Palácio Itamaraty, o Seminário reuniu autoridades, especialistas e representantes da sociedade civil para discutir o antissemitismo como fenômeno complexo, de difícil delimitação e marcado por elevada adaptabilidade histórica. Houve convergência quanto às estratégias de enfrentamento, com ênfase em uma abordagem integrada baseada em educação, monitoramento e prevenção. Destacaram-se a necessidade de produção de dados confiáveis, o fortalecimento de canais de denúncia, a capacitação institucional e o combate ao discurso de ódio, especialmente no ambiente digital, considerado hoje o principal vetor de disseminação dessas práticas.

Os participantes também ressaltaram que o antissemitismo deve ser compreendido em articulação com outras formas de discriminação, como racismo e intolerância religiosa, sendo visto como indicador mais amplo de deterioração democrática.

O seminário evidenciou a necessidade de urgência de seu enfrentamento por meio de políticas públicas integradas, fundamentadas em educação, cooperação internacional e respeito aos direitos fundamentais.

3. O Novo Conselho da República

» Lançamento do Govinho – Plataforma da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância

Trata-se de uma plataforma digital estruturante da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância (PNIFI). A iniciativa representa um desdobramento direto das recomendações formuladas pelo Grupo de Trabalho da Primeira Infância no âmbito do Conselho, consolidando a agenda como prioridade estratégica e reforçando a articulação entre políticas de saúde, educação e assistência social.

Concebido como um sistema nacional integrado de informações, o Govinho reúne dados sobre o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos, permitindo o monitoramento em tempo real do acesso a serviços públicos e a identificação precoce de situações de vulnerabilidade. Ao fortalecer a coordenação entre entes federativos e qualificar a tomada de decisão com base em evidências, a plataforma se consolida como instrumento central para a implementação da PNIFI e para a redução das desigualdades no desenvolvimento infantil no país.

4. Agenda Internacional do Conselho

Ao longo dos três anos de retomada do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), a agenda internacional consolidou-se como dimensão estratégica de sua atuação. Mais do que acompanhar debates multilaterais, o Conselho passou a contribuir ativamente para a formulação de propostas, a articulação de consensos e o fortalecimento da presença brasileira em discussões globais relacionadas ao desenvolvimento sustentável, ao combate às desigualdades, à transformação ecológica, à democracia e à inovação tecnológica.

Desde 2023, o CDESS desempenhou papel relevante no processo de reconstrução da imagem internacional do Brasil, especialmente nas agendas relacionadas ao meio ambiente, à democracia, à sustentabilidade e à participação social. A atuação do Conselho contribuiu para reposicionar o país como ator relevante em debates globais e como referência em mecanismos de diálogo social.

Em 2024, a agenda internacional ganhou novo impulso com a presidência brasileira do G20 e a criação inédita do G20 Social. O CDESS teve participação ativa na mobilização da sociedade civil brasileira e internacional, promovendo webinars, debates e processos de formulação de propostas voltadas a temas como combate à fome, redução das desigualdades, justiça tributária global e justiça climática.



4. Agenda Internacional do Conselho

O Conselho também desempenhou papel importante na articulação entre os grupos de engajamento do G20, contribuindo para ampliar a presença da participação social nas discussões multilaterais e fortalecer a interface entre sociedade civil e governos no âmbito da governança global.



Itamaraty, junho de 2025



9ª Mesa Redonda Brasil-União Europeia, Brasília, julho de 2025



9ª Mesa Redonda Brasil-União Europeia, Brasília, julho de 2025

Em 2025, a realização da COP30 em Belém representou um novo marco para a inserção internacional do CDESS e contribuiu para ampliar a visibilidade da participação social brasileira no cenário internacional, além de fortalecer a articulação entre ciência, políticas públicas e desenvolvimento sustentável. O Conselho atuou, ainda, como espaço de conexão entre diferentes atores nacionais e internacionais, ampliando sua capacidade de incidência em agendas globais.



Painel Contribuições da Comunidade Científica da Amazônia para a COP30



Painel Portfólio de Investimentos na COP30

4. Agenda Internacional do Conselho

Em 2026, a atuação internacional do CDESS consolidou e ampliou esse processo, com o fortalecimento de sua presença em redes e fóruns multilaterais e o aprofundamento de parcerias bilaterais. O Conselho participou de espaços estratégicos como a Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS) e intensificou sua atuação em redes como a RICESIS, além de avançar em diálogos com países como Espanha, Coreia do Sul e Ruanda, ampliando a cooperação em temas como desenvolvimento sustentável, governança democrática e políticas sociais.



Reunião do Conselho de Administração da AICESIS, Tessalônica (Grécia), janeiro de 2026



Reunião do Conselho de Administração da AICESIS, Tessalônica (Grécia), janeiro de 2026

Destaca-se, nesse período, a participação do CDESS na reunião do Conselho de Administração da AICESIS e sua inserção em grupos de trabalho internacionais vinculados a organismos como o ECOSOC/ONU e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), contribuindo para debates globais sobre trabalho, desenvolvimento e sustentabilidade. Também teve relevância a participação na 10ª Mesa Redonda Brasil-União Europeia, na qual foi firmada declaração conjunta voltada à cooperação em temas como democracia, inovação tecnológica e ação climática.



10ª Mesa Redonda Brasil-União Europeia, Bruxelas, fevereiro de 2026



10ª Mesa Redonda Brasil-União Europeia, Bruxelas, fevereiro de 2026

A agenda internacional de 2026 incluiu, ainda, a participação em encontros e seminários internacionais sobre temas como transição demográfica, futuro do trabalho e proteção social, bem como a presença em iniciativas de cooperação regional na América Latina e no Caribe, reforçando o papel do CDESS como espaço de articulação entre sociedade civil e Estado em agendas globais.



Encontro Interconecta, Montevideu, maio de 2026

Ao longo desse período, a agenda internacional do CDESS fortaleceu a articulação entre participação social, diplomacia, ciência e desenvolvimento sustentável, consolidando o Conselho como espaço estratégico de diálogo entre sociedade civil e Estado brasileiro na formulação de respostas a desafios globais cada vez mais complexos e interdependentes.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO CDESS





5. Considerações Finais: Os Pilares Como Referência Para O Desenvolvimento Nacional

Os debates, propostas e iniciativas desenvolvidos pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) ao longo dos últimos anos evidenciam que a construção de um futuro próspero para o Brasil depende da capacidade de articular, de forma integrada, desenvolvimento econômico, justiça social, sustentabilidade ambiental, inovação tecnológica e fortalecimento da soberania e da democracia. A experiência acumulada nesse período reafirma que o enfrentamento de desafios complexos exige espaços institucionais capazes de promover diálogo qualificado, convergência de perspectivas e construção coletiva de soluções.

Nesse contexto, os "Pilares de um Projeto de Nação" consolidam-se como o norte estratégico do CDESS, orientando de forma contínua sua atuação no curto, médio e longo prazos. Mais do que um conjunto de diretrizes, os Pilares estruturam os processos de avaliação, acompanhamento e proposição de políticas públicas e programas governamentais, conferindo unidade e direção às contribuições do Conselho. Como expressão de uma instância de diálogo que articula diversidade de perspectivas e elevada competência técnica, os Pilares sintetizam um esforço coletivo de construção de consensos e oferecem um referencial integrado para a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo. Ao conectar dimensões econômicas, sociais, ambientais, tecnológicas e institucionais, fortalecem a capacidade do CDESS de alinhar sociedade civil e Estado em torno de agendas estruturantes de longo prazo.

Nesse sentido, o Conselho reafirma-se não apenas como espaço de formulação e escuta, mas como uma instância estratégica de incidência e apoio à implementação de políticas públicas, contribuindo para a consolidação de um projeto nacional de desenvolvimento. A experiência recente demonstra que a participação social qualificada amplia a legitimidade das políticas, reduz dissensos e aprimora a capacidade do Estado de responder a demandas complexas e interdependentes.

Ao longo de sua trajetória recente, o CDESS demonstrou que o Brasil reúne condições singulares para impulsionar um novo ciclo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e soberano. A diversidade territorial, a riqueza ambiental, a capacidade produtiva, o potencial científico e tecnológico e a pluralidade social constituem ativos estratégicos que, quando articulados por meio de políticas públicas integradas e processos participativos, ampliam o potencial de geração de prosperidade compartilhada.

Prospectar o futuro, nesse contexto, não se limita à antecipação de cenários, mas envolve ampliar a capacidade institucional de formular caminhos consistentes, sustentáveis e socialmente legítimos. Trata-se de consolidar uma visão de desenvolvimento que valorize a diversidade brasileira, promova equidade, fortaleça a democracia e integre inovação e sustentabilidade como vetores estruturantes da ação pública.

É nesse sentido que o CDESS reafirma seu papel como espaço permanente de diálogo, concertação e construção coletiva, comprometido com a formulação e a continuidade de um projeto de nação capaz de promover desenvolvimento com justiça social, sustentabilidade ambiental e inclusão ampla. Os Pilares constituem, assim, não apenas um legado deste ciclo, mas um instrumento de orientação estratégica, guiando a atuação do Conselho e contribuindo para a construção de um Brasil mais justo, desenvolvido e sustentável.

Anexo

ESTRUTURA E ATUAÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS DO CDESS

As Comissões Temáticas constituem os principais núcleos permanentes de formulação, análise e debate do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS). Organizadas a partir de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional, essas comissões operam de forma transversal, integrando diferentes agendas e promovendo a articulação entre sociedade civil e governo na construção de políticas públicas.

Cada comissão estrutura suas atividades a partir de eixos temáticos prioritários, definidos conforme os desafios conjunturais e estruturais do país, em diálogo com ministérios, órgãos governamentais, especialistas e representantes de diversos setores da sociedade. Essa dinâmica permite alinhar as discussões do Conselho às principais políticas públicas em curso, ampliando sua capacidade de contribuição e incidência.

I. COMISSÃO TEMÁTICA DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE/CDESS)



Objetivo

Contribuir para o debate e a formulação de propostas relacionadas ao desenvolvimento econômico, à modernização da estrutura produtiva, ao ambiente de negócios e à competitividade brasileira.

Principais eixos de atuação

- Desenvolvimento econômico e sustentabilidade fiscal
- Modernização da estrutura produtiva e reindustrialização
- Ambiente de negócios e atração de investimentos
- Competitividade e integração econômica

Temas abordados

- Reforma tributária
- Educação financeira
- Conformidade tributária e combate à sonegação
- Crédito e financiamento ao investimento
- Comércio internacional e regulação do comércio digital

Contribuições relevantes

- Formulação de propostas para ampliação do acesso ao crédito
- Apoio a iniciativas de educação financeira
- Debates sobre reindustrialização e inovação produtiva
- Propostas para aprimoramento da competitividade econômica

II. COMISSÃO TEMÁTICA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS/CDESS)





Objetivo

Apoiar a formulação de estratégias voltadas à transição ecológica, à sustentabilidade ambiental e à adaptação às mudanças climáticas, articulando políticas ambientais e econômicas.

Principais eixos de atuação

- Transição ecológica e descarbonização
- Infraestrutura verde e sustentável
- Adaptação climática
- Uso sustentável dos recursos naturais

Temas abordados

- COP30 e governança climática
- Mercado de carbono
- Economia circular
- Adaptação urbana às mudanças climáticas
- Bioeconomia e soluções baseadas na natureza

Contribuições relevantes

- Apoio à preparação do Brasil para a COP30
- Propostas para compras públicas sustentáveis
- Estudos sobre adaptação climática em cidades
- Incentivo a soluções baseadas na natureza

III. COMISSÃO TEMÁTICA DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES (CCD/ CDESS)



Objetivo

Acompanhar, avaliar e propor políticas voltadas à redução das desigualdades sociais, econômicas, raciais, de gênero e territoriais.

Principais eixos de atuação

- Enfrentamento ao racismo estrutural
- Equidade de gênero
- Inclusão produtiva e geração de renda
- Trabalho e futuro do trabalho

Temas abordados

- Políticas de combate à fome e pobreza
- Inclusão produtiva
- Acesso a crédito
- Ações afirmativas
- Igualdade racial e de gênero

Contribuições relevantes

- Formulação de estratégias para combate às desigualdades
- Propostas de políticas de inclusão produtiva
- Apoio à agenda de igualdade racial
- Articulação de iniciativas intersetoriais

IV. COMISSÃO TEMÁTICA DE DIREITOS E DEMOCRACIA (CDD/CDESS)



Objetivo

Fortalecer as instituições democráticas, a cidadania e a efetividade dos direitos, contribuindo para o aprimoramento do sistema de justiça e da segurança pública.

Principais eixos de atuação

- Sistema de justiça e segurança pública
- Defesa da democracia
- Cidadania e efetividade de direitos

Temas abordados

- Combate à desinformação
- Segurança pública cidadã
- Sistema prisional
- Direitos humanos
- Governança democrática

Contribuições relevantes

- Propostas para aprimoramento da segurança pública
- Contribuições ao Plano Pena Justa
- Debates sobre regulação de plataformas digitais
- Ações para fortalecimento da democracia e combate ao extremismo

V. COMISSÃO TEMÁTICA DE TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (CTITD/CDESS)



Objetivo

Contribuir para a formulação de uma agenda estratégica de transformação digital, inovação tecnológica e desenvolvimento de capacidades digitais no Brasil.

Principais eixos de atuação

- Infraestrutura digital e conectividade
- Educação e capacitação tecnológica
- Ambiente de negócios para inovação
- Tecnologias estratégicas
- Inclusão digital

Temas abordados

- Inteligência artificial
- Governança digital
- Plano Brasil Digital 2030+
- Transformação digital do Estado
- Inclusão e letramento digital

Contribuições relevantes

- Propostas para governança digital centralizada
- Apoio à formulação do Plano Brasil Digital
- Recomendações sobre inteligência artificial
- Iniciativas de inclusão e capacitação digital



Ficha Técnica

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente: Geraldo Alckmin

Secretaria de Relações Institucionais

Ministro de Estado: José Guimarães

Secretário-Executivo: Marcelo Costa

Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável

Secretária-Executiva: Raimunda Monteiro

Diretora de Fóruns Participativos: Nara Kohlsdorf

Diretora de Programa: Maria Alice Vieira

Coordenador-Geral de Agenda: Bruno de Vasconcelos Araujo

Coordenadora de Gestão Interna: Raíssa Karen Carvalho

Coordenadores(as) das Comissões Técnicas:

Cristina Caetano

Giancarlo Gama

Lucas Carames

Rosangela Hilário

Roseli Teixeira Alves

Gerentes de Projetos:

João Vitor Salgado

Juliana Aporta Gaspar

Ligia Meres Valadão

Assessoria:

Glenda Corrêa

Marcos Aurélio Santos de Souza

Ricardo Bacelette

Equipe Técnica:

Alberto Lourenço

Lucinete de Sousa Lima

Pedro Tomaz de Oliveira Neto

Priscila Feller

Regiani Cristina Ribeiro

Valéria Barcellos

Estagiários

Daniele Ferreira

Lucas Cancelli

CONSELHEIROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL SUSTENTÁVEL:

Ângela Kaxuyana • Angelita Lima • Anne Cabral • Antônio Augusto de Queiroz • Antonio Carlos dos Santos (Vovô do Ilê Ayiê) • Antonio Neto • Atilio Rulli • Ayala Ferreira • Bela Gil • Benilda Brito • Berenice Gomes da Silva • Beto Verissimo • Bianca Borges • Binho Marques • Bruna Benevides • Bruno Sindona • Caetano Scannavino • Caio Magri • Camila Moradia • Carlos Erane • Carlos Gilberto Carlotti • Carlos Luque • Carol Proner • Carolina Ricardo • Celso Kleber • Cesar Callegari • Chaim Zaher • Chieko Aoki • Christian Tadeu • Cida Bento • Claudia Maciel • Claudio Lottenberg • Claudio Loureiro Santos • Claudio Medeiros • Cleide Alves • Clemente Ganz Lúcio • Cleunice Matos Rehem • Conceição Evaristo • Cristina Assunção • Cristina Pinho • Daniel Stieler • Davi Kopenawa Yanomami • Davi Tangerino • Denis Minev • Deryck Martins • Diego Barreto • Dira Paes • Dirlene Silva • Divanir Higino • Dona Gi Carvalho • Dora Cavalcanti • Douglas Belchior • Duda Franklin • Eduardo Navarro • Elaine Nascimento • Elbia Gannoum • Elisa Wandelli • Emerson Kapaz • Enilson Moura • Erai Maggi Scheffer • Erasmo Battistella • Ergon Cugler • Esther Bemerguy • Fábio Coelho • Fabio Malini • Fausto Filho • Fayda Belo • Felipe Neto • Fernanda Campagnucci • Fernanda Delgado • Fernanda Garibaldi • Fernanda Ribeiro • Fernando Guimarães • Fernando Yunes • Francis Bogossian • Francisco Dal Chiavon • Francisco Gomes Neto • Franklin Felix • Geyze Diniz • Giamundo Neto • Gilberto Tomazoni • Gilmar Mauro • Gilmar Pereira • Gino Paulucci • Glauco Arbix • Glória Guimarães • Gustavo Assunção • Gustavo Biscassi • Gustavo Werneck • Guto Quintela • Handemba Santos • Heleno Araújo • Hélio Rotenberg • Heloisa Starling • Humberto Ribeiro • Igor Calvet • Ilona Szabó • Isaac Sidney • Jandaraci Araújo • Janete Vaz • Jeane Tsutsui • Jeanine Pires • Jeovani Salomão • Joana Célia dos Passos • João Carlos Nogueira • João Domingos • Josana Lima • José Carlos Martins • José Félix • José Henrique Cutrale • José Pugas • José Reginaldo Inácio • José Rodrigues (Doutor da Borracha) • José Stival Júnior • José Vicente • Joseph Couri • Josi Barbosa Malheiros • Josué Gomes • Julia Barreto • Júlio Lancellotti • Juvandia Moreira • Kalyne Lima • Laércio Cosentino • Lalo Leal • Laura Carvalho • Laura Schertel • Leonardo Trevisan • Leonildo Monteiro • Ligia Moreiras • Lilia Moritz Schwarcz • Linda Rosa • Loricardo de Oliveira • Lourenço Bustani • Luana Génot • Luana Pretto • Lucas Monteiro de Souza • Luciana Leite • Luis Pogetti • Luisa Santiago • Luiz Carlos Trabuco • Luiz Felipe Guerra • Luiz Fernando Lobo • Luiza Helena Trajano • Mahatma dos Santos • Mais Moreno • Manoel Damasceno • Marcel Fukayama • Marcele Oliveira • Marcelo de Godoy Oliveira • Marcelo Kayath • Marcelo Moraes • Marcelo Tragtenberg • Marcelo Vieira • Márcio Lopes de Freitas • Marco Aurélio de Carvalho • Marcos Almeida • Marcos Augusto Guerra • Marcos Molina • Maria Auxilia-

dora dos Santos • Maria Cleide Queiroz • Maria Luiza Alencar Feitosa • Maria Paula Dallari Bucci • Mariana Luz • Marilene Corrêa • Marina Grossi • Marlova Noletto • Martinha Dutra • Matheus Silva • Milton Maluhy • Miriam Nobre • Moacyr Auersvald • Mônica Veloso • Monique Evelle • Natalie Unterstell • Nath Finanças • Nayana Rizzo Sampaio • Neiva Ribeiro • Nelson Luiz Krupinski • Nelson Mussolini • Nilza Almeida • Nilza Valéria • Nina da Hora • Nina Silva • Paola Carvalho • Patrícia Audi • Patrícia Vilela Marino • Patriciana Rodrigues • Paulo Feldmann • Paulo Souza Neto • Pedro Rossi • Pedro Vieira Abramovay • Pedro Wongtschowski • Penildon Filho • Philip Yang • Phillippe Rubini • Preto Zezé • Priscila Cruz • Priscila Pamela • Priscilla Nasrallah • Priscyla Laham • Rafael Ceconello • Rafael Lucchesi • Raí • Reinaldo Bulgarelli • Renata Piazzon • Renato Meirelles • Renato Porto • Renê Silva • Ricardo Alban • Ricardo Henriques • Ricardo Patah • Ricardo Sennes • Roberto Laureano Rocha • Roberto Medronho • Roberto Tadros • Robson Sebastian Formica • Rodolfo Fächer • Rodrigo Dienstmann • Rodrigo Fernandes Afonso (Kiko) • Rodrigo Navarro • Rodrigo Sabatini • Rodrigo Sauaia • Rogério Bacellar • Rogerio Sottilli • Romildo da Costa • Rosa Negra • Rose Gomes Monnerat • Roseli de Deus Lopes • Rosilane Jardim • Rosilda Prates • Ruben Bisi • Sandro Westphal • Selma Dealdina • Sérgio Bortolozzo • Sergio Butka • Sergio Luiz Leite • Sérgio Nobre • Silvia Penna • Simone Gomes • Suelma Rosa dos Santos • Tâmis Parron • Tania Bacelar de Araújo • Tatiane Costa • Teresa Ludermir • Teresa Vendramini • Toni Reis • Toya Manchinery • Txai Suruí • Úrsula Peres • Vander Costa • Vânia Marques Pinto • Venilton Tadini • Vera Lúcia Travain • Vicente Trevas • Vinicius Silveira • Violeta Loureiro • Virgilio Viana • Viviana Santiago • Walfrido dos Mares Guia • Walfrido Jorge Warde Junior • Wania Sant'Anna • Wilson Ramos Filho (Xixo) • Zeca Martins



Notas Finais

- 1 - Relatório da CAE 2023 – disponível em https://cdess.gov.br/app/2023/pdf/ct1_relatorio.pdf.
- 2 - Relatório da CMADS 2023 – disponível em https://cdess.gov.br/app/2023/pdf/ct4_relatorio.pdf
- 3 - Relatório da CCD 2023 – disponível em https://cdess.gov.br/app/2023/pdf/ct2_relatorio.pdf
- 4 - Relatório da CDD 2023 - disponível em https://cdess.gov.br/app/2023/pdf/ct3_relatorio.pdf
- 5 - Relatório da CTITD 2023 - disponível em https://cdess.gov.br/app/2023/pdf/ct5_relatorio.pdf
- 6 - Relatório G20 Social – Rio de Janeiro 2024 – disponível em https://cdess.gov.br/app/pdf/plenaria4_relatorio_G20social.pdf
- 7 - Relatórios da CAE 2024 – disponíveis em https://cdess.gov.br/app/2024.1/pdf/ct1_assuntos_economicos_relatorio.pdf (1º semestre) e https://cdess.gov.br/app/pdf/plen5_mat_caderno_entregas_pleno_2025_1.pdf (2º semestre)
- 8 - Relatórios da CMADS – Disponíveis em https://cdess.gov.br/app/2024.1/pdf/ct4_meio_ambiente_desenv_sustentavel_relatorio.pdf (1º semestre) e https://cdess.gov.br/app/pdf/plen5_mat_caderno_entregas_pleno_2025_1.pdf (2º semestre).
- 9 - Relatórios da CCD – Disponíveis em https://cdess.gov.br/app/2024.1/pdf/ct2_combate_desigualdades_relatorio.pdf (1º semestre) e https://cdess.gov.br/app/pdf/plen5_mat_caderno_entregas_pleno_2025_1.pdf (2º semestre).
- 10 - Relatórios da CDD – Disponíveis em https://cdess.gov.br/app/2024.1/pdf/ct3_direitos_democracia_relatorio.pdf (1º semestre) e https://cdess.gov.br/app/pdf/plen5_mat_caderno_entregas_pleno_2025_1.pdf (2º semestre).
- 11 - Relatórios da CTITD 2024 – Disponíveis em https://cdess.gov.br/app/2024.1/pdf/ct5_tecnologia_inovacao_transformacao_digital_relatorio.pdf (1º semestre) e https://cdess.gov.br/app/pdf/plen5_mat_caderno_entregas_pleno_2025_1.pdf (2º semestre).

12 - Propostas consensuais entre membros do GT do Spread Bancário: disponível em https://cdess.gov.br/app/pdf/gt1_spread_bancario_apresentacao_2024.2.pdf

13 - Relatório do GT Renda Básica e Cidadania, ano 2024, disponível em https://cdess.gov.br/app/pdf/gt5_renda_basica_apresentacao_2024.2.pdf

14 - Escopo dos Trabalhos do GT da Igualdade Racial, ano 2024, disponível em https://cdess.gov.br/app/pdf/gt3_igualdade_racial_apresentacao_2024.2.pdf

15 - Os relatórios de 2025 das Comissões Temáticas do CDESS estão disponíveis em https://cdess.gov.br/app/pdf/plen5_mat_caderno_entregas_pleno_2025_1.pdf (1º semestre) e em https://cdess.gov.br/app/pdf/2025_caderno_comissoes_tematicas.pdf (2º semestre).

16 - Relatório do GT do Spread Bancário – disponível em https://cdess.gov.br/app/pdf/gt1_spread_bancario_2025.1.pdf

17 - Relatório da participação do Conselhão na COP 30 – disponível em https://cdess.gov.br/app/pdf/2025_plen6_relatorio_cop30.pdf

18 - Guia de Duplicata Escritural – disponível em https://cdess.gov.br/app/pdf/2025_guia_duplicata_escritural.pdf

19 - Relatório do Portfólio de Investimentos para a Transformação Ecológica – disponível em https://cdess.gov.br/app/pdf/plen5_mat_portfolio_investimentos.pdf

20 - Glossário às Avestas: Desvendando Conceitos e Desconstruindo Padrões – Disponível em https://cdess.gov.br/app/pdf/plen5_mat_glossario_avestas.pdf

21 - Pilares de um Projeto de Nação – disponível em https://cdess.gov.br/app/pdf/2025_caderno_pilares_nacao.pdf



Secretaria de Relações Institucionais

Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente

Geraldo Alckmin

Secretaria de Relações Institucionais

Ministro de Estado

José Guimarães

Secretário-Executivo

Marcelo Costa

Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável

Secretária-Executiva

Raimunda Monteiro

Diretora de Programa

Maria Alice Vieira

Coordenador-Geral de Agenda

Bruno de Vasconcelos Araujo

Coordenadora de Gestão Interna

Raíssa Karen Carvalho

Gerentes de projeto

Cristina dos S. Caetano

Giancarlo Gama

Glenda Cristine Corrêa

João Vitor Salgado

Juliana Gaspar

Lucas Carames

Roseli Teixeira Alves

Rosangela Hilário

Equipe Técnica

Iolanda Lopes Carneiro

Regiani Cristina Ribeiro

Lucinete Lima

Lígia Valadão

Valéria Barcellos

Alberto Lourenço

Pedro Tomaz

Marcos Aurélio Santos de Souza

Estagiários

Daniele Ferreira

Lucas Cancelli

Apoio

Nara Kohlsdorf

Nikolas Passos

Projeto Gráfico

Daniel Mascarenhas S. de Farias

Diagramação

Gustavo Cockell

